



Anais da Assembleia

N.º 23

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 1986

ANO XII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 18.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1986.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Squarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Squarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM 40/86

Curitiba, 25 de março de 1986

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio ce-

lebrado em 01 de novembro de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e da Minerais do Paraná S.A., e a Universidade Federal do Paraná, com vistas à execução do Projeto Geológico "Aspectos Estruturais e Estratigráficos do Grupo Açungui no Estado do Paraná."

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 41/86

Curitiba, 25 de março de 1986

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de revigoração, datado de 20 de dezembro de 1985, ao convênio SEIC/FACIBEL celebrado em 17 de junho de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, com vistas a determinar novo prazo e complementar recursos para a execução do projeto objeto do convênio originário.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 42/86

Curitiba, 25 de março de 1986

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos firmados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação Faculdade de

Agronomia Luiz Meneghel (datado de 14 de novembro de 1985), a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (datado de 29 de novembro de 1985) e a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (datado de 23 de dezembro de 1985), com vistas à complementação de recursos e à prorrogação do prazo de vigência dos convênios originários, celebrados respectivamente em 16 de maio de 1985, 26 de agosto de 1985 e 25 de julho de 1985.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 43/86

Curitiba, 25 de março de 1986

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes, datas e objetivos conforme a seguir se menciona:

I - convênio MIC/SCO/SIR-PR n.08/85, com o Ministério da Indústria e do Comércio, datado de 19 de novembro de 1985, com vistas à execução da atividade de fiscalização de feiras e exposições no Estado do Paraná;

II - convênio MIC/SCO/SICOM-PR n.14/85, com o Ministério da Indústria e do Comércio e a Secretaria da Indústria, Comércio e Minas de Pernambuco, datado de 05 de dezembro de 1985, com vistas à assistência técnica para a execução do Projeto "Feito Aqui", no Estado de Pernambuco.

III - com a Universidade Federal do Paraná, datado de 27 de dezembro de 1985, com vistas ao desenvolvimento de estudo relativo ao mercado de cítricos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Curitiba, terça, em 08.04.86

MENSAGEM 44/86

Curitiba, 31 de março de 1986

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando introduzir alterações à Lei n. 7.827, de 29 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a distribuição e comercialização, no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, pois as modificações propostas, irão ensejar condições no sentido de que o Diploma Legal em referência tenha melhor e mais tranqüila exequibilidade no controle das propagandas sobre agrotóxicos veiculados no Estado, evitando-se assim, interpretações distorcidas dos reais objetivos da Lei.

A pretendida nova redação do art. 17, da citada Lei n. 7.827/83 é necessária e oportuna vindo permitir que as Secretarias da Agricultura e do Interior adotem normas mais flexíveis e sempre atualizadas para elaboração de propagandas difundidas no Estado, mantendo a população, mormente a do meio rural, bem informada e orientada quanto ao uso de agrotóxicos e seus efeitos.

Por outro lado, com a alteração do art. 18, que trata de sanções às infrações será prevista a penalidade de "advertência" cuja aplicação, feita em circunstâncias especiais e quando a fiscalização tiver convencimento de que o infrator mereça tal condescendência, ensejará, também, oportunidade de orientação técnica sobre o uso adequado de agrotóxicos. As multas, por outro lado, deixarão de ser calculadas com base em salários-mínimos e passarão a ser aplicadas em função do "Maior Valor de Referência - MVR".

Por fim, vale ressaltar que a medida consubstanciada no anexo anteprojeto confirma a constante preocupação do Governo na racionalização do uso de agrotóxicos no Estado do Paraná, com vistas à proteção da saúde da população, bem como à preservação do meio-ambiente, buscando restringir os abusos que tantos malefícios vêm comprovadamente causando.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 50/86

Art. 1.º. Os artigos 17 e 18 da Lei 7.827, de 29 de dezembro de 1983 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 17. As propagandas de agrotóxicos e biocidas veiculadas deverão obedecer normas que forem estabelecidas através de resolução conjunta das Secretarias de Estado da Agricultura e do Interior."

"Art. 18. A transgressão do disposto nesta Lei implicará nas seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa de 2 a 200 MVR, (Maior Valor de Referência), aplicável em dobro na hipótese de reincidência;
- III - Suspensão da comercialização e da aplicação do agrotóxico ou biocida;
- IV - Apreensão do agrotóxico ou biocida, com destruição quando necessária;

V - Cancelamento do registro em cadastro, do produto do produtor, do comerciante, do manipulador ou do importador.

§ 1.º. As sanções previstas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

§ 2.º. A aplicação das penalidades previstas neste artigo não exclui aquelas decorrentes das responsabilidades civil e penal dos transgressores da presente Lei.

§ 3.º. A suspensão da comercialização de agrotóxicos ou biocidas será utilizada como medida preventiva, visando impedir o comércio ou aplicação de produtos que estejam em desacordo com os requisitos exigidos por esta Lei."

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 45/86

Curitiba, 31 de março de 1986

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autenticada do Primeiro Termo Aditivo datado de 31 de dezembro de 1985, ao Convênio MDU (CNDU/SDU) n. 007/85, celebrado em 16 de setembro de 1985 entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, visando a preparação do Subprojeto Londrina - Maringá/METRONOR, do Projeto Cidades de Porte Médio.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada, merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 47/86

Curitiba, 04 de abril de 1986

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com as distribuições e finalidades que especifica, concernentes às áreas do trabalho e assuntos comunitários.

Atualmente essa tão importante e significativa atividade do Estado vem sendo atendida pela Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários que, em conformidade com o disposto no art. 14, da Lei 6.636, de 29 de novembro de 1974, foi instituída pelo Decreto n. 15, de 15 de março de 1983, com alterações posteriores que ampliaram seu campo de ação. É que, para estabelecer um canal permanente de aproximação entre a Sociedade e a Administração, foi criada a Secretaria Especial para Assuntos Comunitários, hoje transformada em Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, cujo objetivo básico era no sentido de assessorar o Chefe do Poder Executivo na coordenação e promoção das atividades necessárias à participação dos setores organizados da sociedade na política governamental.

A Secretaria Especial para Assuntos Comunitários, a partir de uma pequena porém ágil estrutura, passou a atuar em diversos campos, inclusive do trabalho e do emprego, obtendo um saldo positivo no tocante àquelas diretrizes que nortearam a sua criação, principalmente quanto aos aspectos da organização da população nessas áreas, minimizando o problema do desemprego no Estado, justificando daí a ampliação do elenco de atividades para formalmente atuar em trabalho e emprego.

A União passou a adotar política de descentralização na execução de atividades de competência de vários Ministérios, cabendo aos Estados estruturarem-se para poderem desenvolver os programas que a eles são delegados. Prova disso são os vários convênios celebrados pela Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários com o Ministério do Trabalho com vistas a consecução de objetivos estabelecidos pelo Governo Federal.

Diante disso e do fato da Pasta em tela vir desempenhando com eficácia as in-

cumbências normalmente a ela atribuídas, este Governo constatou a necessidade e conveniência administrativa no sentido de dotar a estrutura do Estado de uma Secretaria permanente, de natureza substantiva, para atuação nesse importante campo da administração pública, para, de forma centralizada e bem ordenada, serem executadas políticas nas áreas comunitária, do trabalho e do emprego.

A Secretaria de Estado cuja moção de criação submeto ao exame dessa Augusta Casa Legislativa, terá sua estrutura organizacional básica definida nos termos dos artigos 12 e 15 da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, que dispõe sobre a estruturação do sistema de administração pública do Estado do Paraná.

O anteprojeto de lei em anexo prevê a abertura de um crédito especial até Cz\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzados) para atendimento das despesas de implantação e manutenção administrativa da nova Pasta, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas previstas no art. 43, § 1.º, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas Gerais do Direito Financeiro para Elaboração e Controle de Orçamentos).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica criada a SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS - SETC, com atribuição de coordenar as atividades concernentes às áreas do trabalho e de assuntos comunitários.

Art. 2.º - À Secretaria de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários caberá, como órgão de natureza substantiva, o cumprimento das seguintes finalidades:

- I - a promoção e o estímulo para ampliação do mercado de trabalho e do sistema de emprego;
- II - a assistência ao trabalhador;
- III - a formação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra para o mercado de trabalho formal ou informal;
- IV - a promoção da intermediação para colocação de mão-de-obra;
- V - o relacionamento com organismos que congreguem empregados e empregadores;
- VI - a promoção e assistência à

organização sindical;

VII - a prestação de assistência emergencial ao trabalhador desempregado;

VIII - a promoção e o estímulo ao lazer e recreação do trabalhador;

IX - a promoção e o incentivo à segurança do trabalhador e da comunidade;

X - a gerência e manutenção de sistema de informações a respeito do mercado de trabalho do Estado;

IX - a divulgação de informações sobre o mercado de trabalho, organização comunitária e formação profissional;

XII - o relacionamento com setores organizados da sociedade;

XIII - a promoção e o incentivo ao desenvolvimento comunitário;

XIV - a formação de recursos humanos, visando o desenvolvimento e a organização comunitária;

XV - a promoção e o incentivo ao desenvolvimento de atividades artesanais, visando gerar recursos à comunidade organizada;

XVI - a coordenação da prestação de serviços assistenciais aos desvalidos e aos migrantes;

XVII - a captação e aplicação de recursos financeiros, públicos ou privados, para apoiar a organização coletiva na busca de alternativas em benefício da economia comunitária;

XVIII - a promoção e o estímulo para que as Prefeituras Municipais adotem formas participativas de gestão pública;

XIX - o estímulo e o amparo à iniciativa pública ou privada, concedendo apoio financeiro para a realização de atividades nas áreas de atuação da SETC;

XX - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 3.º - A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários, obedecerá ao disposto no art. 12 e seus incisos, da Lei n. 6.636 de 29 de novembro de 1974, complementada pelas unidades de nível departamental a serem definidas nos termos do art. 15, da referida Lei,

Art. 4.º - Passam ao âmbito da Secretaria de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários, o Programa Paranaense de Emprego - PROPOE, instituído pelo Decreto n. 2459, de 29 de outubro de 1976; o Conselho Estadual de Emprego e Mão-de-Obra - CONSEMO, instituído pelo Decreto n. 4.199, de 31 de outubro de 1984, e o Departamento do Trabalho - DETEPAR, instituído pelo Decreto n. 35, de 15 de março de 1979.

Art. 5.^o - Ficam criados os cargos de provimento em comissão descritos na forma do ANEXO I, que integra a presente Lei.

Art. 6.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até Cz\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzados) para atender as despesas de implantação e manutenção administrativa da Secretaria do Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no parágrafo 1.^o do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7.^o - A Secretaria de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários assumirá as dotações orçamentárias da Secretaria de Estado Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, permanecendo vigentes os códigos e o Programa de Trabalho incluídos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8.^o - Fica o Poder Executivo autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a proceder por Decreto as transferências dos saldos orçamentários das unidades remanejadas, a fim de atender os objetivos da presente Lei.

Parágrafo Único - No exercício em que ocorrer o remanejamento, por conveniência administrativa, a execução orçamentária e contábil das unidades atingidas, poderá ser processada de acordo com a vinculação constante na Lei Orçamentária Anual, constituindo-se o Secretário de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários seu ordenador de despesas.

Art. 9.^o - O Poder Executivo aprovará por Decreto, o Regulamento da Secretaria de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários, no prazo de noventa (90) dias.

Art. 10.^o - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I a que se refer o art. 5.^o.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Secretario de Estado	
01	Diretor Geral	DAS-1
01	Chefe de Gabinete	DAS-5
03	Chefe de Coordenadoria	DAS-5
01	Assessor Técnico	1 - C
05	Assessor	1 - C
17	Chefe de Núcleo	1 - C
04	Chefe de Grupo Setorial	1 - C

04	Assist. Técnico de Grupo Setorial	2 - C
04	Assistente	4 - C
03	Oficial de Gabinete	6 - C
06	Assistente	7 - C

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 34/85, que visa instituir a partir de 1986 a Caixa de Transporte Coletivo do Estado do Paraná, com o parecer já aprovado da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 31/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 25/86, que objetiva alterar a redação dos artigos 5.^o, 9.^o e 14.^o, da Lei n. 8.216, de 31/12/85 (Lei de Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA).

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, urgência na tramitação das seguintes matérias: Projeto de Lei n. 13/84, que estabelece a eleição direta dos Reitores e demais dirigentes universitários; Projeto de Lei n. 162/84, que estabelece concurso público como forma de admissão de servidores nos vários órgãos da administração pública; Projeto de Lei n. 190/83, que proíbe a contratação de empresas de medicina de grupo para a prestação de serviços de atenção médica no Estado do Paraná; Projeto de Resolução n. 222/85, que cria o grupo interparlamentar de amizade Matanzas - Paraná; Emenda Constitucional n. 144/85, que estabelece a eleição de Governador e Prefeitos em dois turnos.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento de Senhor JOSÉ CÂNDIDO MAIA, (Jucão), ilustre personalidade da vida de Clevelândia, bem como sejam transmitidas as condolências deste Poder à família do extinto, por intermédio de sua esposa a excelentíssima Senhora Altiva Maia.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

José Cândido Maia, o Jucão, como era carinhosamente chamado, ao longo de toda a sua vida prestou relevantes serviços à comunidade clevelandense, participando ativamente da vida política, social e cultural da sua comunidade, a quem tanto amor dedicou.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor TURÍBIO BUENO DE FREITAS, ilustre personalidade da vida de Clevelândia, bem como sejam transmitidas as condolências deste para à família do extinto, na pessoa de Antonio Bueno de Freitas, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

Um dos pioneiros da fundação de Clevelândia, Turíbio Bueno de Freitas deu ao longo de toda a sua vida importante contribuição para o desenvolvimento da cidade e da região, deixando, graças ao profícuo trabalho em prol do bem coletivo, extensa gama de realizações cujas marcas de vida e de obra estão presentes na cidade que tanto amou.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. EDISON PROENÇA, membro de tradicional família castrense, ocorrido no dia 06 de abril p.p. em Castro.

Deixa viúva a Sra. Juramil Botogoski Proença, e os seguintes filhos: Edison

Curitiba, terça, em 08.04.86

Proença Júnior, Maurício, Gilson e Carlos Alberto.

REQUER, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário à família enlutada, à Rua Augusto Ribas, 761 Ap. 63 em Castro. Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento em Curitiba, aos 67 anos de idade, do Senhor ÂNGELO BERTOLINI, deixando viúva a Senhora Bárbara Bertolini e dois filhos: Janete Maria Rodrigues casada com o Sr. Mozart Ângelo Rodrigues e Osni Bertolini casado com a Senhora Dina Laranjeiras Bertolini. Deixa ainda três netas: Kátia, Cláudia e Juliana. O extinto exerceu durante 30 anos a função de barbeiro autônomo em nossa Capital. REQUER ainda, que da decisão desta Casa, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Município de Palmeira pela passagem dos 167 anos de emancipação política.

Outrossim, requerem que, da decisão da Casa, se dê ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor MUSSOLINE MANSANI, ao Vice-Prefeito, Sr. AMADEU MÁRIO MARGRAF, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo Paranaense, cumprimentem a laboriosa população daquele Município.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI
ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Queremos nesta oportunidade, homenagear, através da Assembléia Legislativa do Estado, a laboriosa população de Palmeira, que comemora com júbilo os seus 167 anos de existência politicamente emancipada.

O Município de Palmeira completou ontem, seus 167 anos de fundação. Para comemorar a data, a Prefeitura Municipal de Plameira preparou um prograna especial, que contou com a tradicional cerimônia cívica, na Praça Marechal Floriano Peixoto e a inauguração e entrega de diversas obras,

entre as quais: Postos de Saúde, Centro Social, Gabinete Dentário em várias localidades do interior do Município.

A história de Palmeira começa no dia 07 de abril de 1819, quando Manoel José de Araújo faz a doação de terras para a instalação da Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição de Palmeira. Com o correr dos anos Palmeira foi crescendo e transformou-se em cidade, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento bastante significativo.

Marcada por muito esforço, principalmente aquele desprendido pelos imigrantes russos-alemães, poloneses, italianos, russos brancos e outros que aqui se estabeleceram, a história palmeirense é rica em fatos. A cidade deu vultos importantes para o Estado e o País, e a participação palmeirense nas questões políticas é marcante.

Completando seus 167 anos de existência, Palmeira soube guardar o seu passado como se vê no casario antigo que circunda, principalmente, a Praça Marechal Floriano Peixoto. E este passado também foi lembrado no dia 07 de abril.

Hoje, Palmeira é uma cidade moderna e humana, com seu laborioso povo partilhando do progresso, cuja população irmanada com as autoridades souberam recepcionar com a fidalguia própria do povo de Palmeira, os Deputados signatários deste requerimento que representam o Poder Legislativo do Paraná nas festividades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja submetido ao Plenário, aprovação de voto de louvor ao programa radiofônico "O POVO RECLAMA", levado ao ar pela rádio Difusora de Curitiba, pelo relevante interesse público e social, pois tem se constituído em formidável fonte de empregos à nossa massa trabalhadora. Que da decisão, dê-se conhecimento aos homenageados, a Direção da Emissora e ao Sindicato dos Radialistas, bem como ao Senhor Ministro das Comunicações e à Secretaria da Comunicação Social do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Poucos programas radiofônicos conseguem despertar tamanho interesse popular como o "O Povo Reclama" levado ao ar diariamente pelos radialistas Carlos Simões, Carlos Roberto Massa (conhecido como Ratinho) e Jacyr Menequeli. Na verdade este trabalho tem conseguido resultados dignos de louvores. Os números falam mais alto.

São centenas de pessoas que diariamente procuram os dois jovens idealistas que usando patrioticamente seus microfones, conseguiram empregar mais de 10 mil pessoas na grande Curitiba, com apenas 8 meses desse programa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, envio de expediente ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE, à EDITORA DO BRASIL e à SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, para que os mesmos emitam parecer sobre o impasse criado pela NÃO DISTRIBUIÇÃO do livro didático "REFLEXÃO E AÇÃO" em Língua Portuguesa, de autoria da Professora Marilda Prates, publicado pela Editora do Brasil, exemplar da 7.ª série, às escolas que realizaram a livre escolha através de catálogos da Fundação de Assistência ao Estudante.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986,

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI, ORLANDO PESSUTI, TRAJANO BASTOS, ADHAIL SPRENGER PASSOS, MÁRIO PEREIRA, EDMAR LUIZ COSTA, NILSO SGUAREZI, AMÉLIA HRUSCHKA, IRONDI PUGLIESI, PAULO FURIATTI, RUBENS BUENO, HOMERO OGUIDO, MÁRCIO ALMEIDA, QUIELSE CRISÓSTOMO, ANIBAL KHURY, NELSON VASCONCELLOS e ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

É lamentável, mas é verdade. A Nova República e o espírito de renovação e democratização que a envolvem, tem sido nos últimos tempos tão desrespeitados, que a sua irmã e antecessora Velha República, autoritária e corrupta, tem-se sentido extremamente bem representada e prestigiada no atual Governo. Respeitadas as transformações em determinados campos da Política Nacional, setores há em que essas mudanças ainda não ocorreram, e onde a liberdade individual vem sendo tolhida no velho estilo, tão sobejamente conhecido de todos nós. Dois exemplos demonstraram claramente o que acabo de afirmar: primeiro o filme de Jean-Luc Godard, talvez um dos maiores cineastas da atualidade, que teve seu, indiscutivelmente polêmico, filme censurado por meia dúzia de cidadãos arvorados em defensores da espiritualidade do povo brasileiro, e de suas raízes tradicionalmente católicas. O outro exemplo, igualmente de censura, só que agora de censura a uma escolha efetuada democraticamente pela classe docente do Estado, diz respeito a um livro (ainda não foi feita uma fogueira em praça pública para queimar, ao velho modo inquisitorial, livros e os "hereges", mas logo chegaremos lá...). Refiro-me ao li-

vro, "Reflexão e Ação" para os estudantes da 7.^a série que já foi objeto de debate nesta Casa durante o ano passado, pois conteria entre suas páginas textos, inclusive de Jorge Amado que convidariam o aluno à crítica e à reflexão.

Naquela ocasião, alguns Parlamentares da oposição não concordaram com essa linha adotada pela autora do livro, no que lhes foi esclarecido que, conforme determinação do Presidente JOSÉ SARNEY, através da criação do Programa Nacional do Livro Didático, caberia aos professores essa análise através da escolha democrática do Livro Didático.

Diante disto, em muitas escolas do Paraná e até de outros Estados vizinhos foi este o Livro Didático escolhido. Ali estão presentes temas polêmicos da realidade brasileira, indispensáveis à formação do estudante, sendo que isto motivou os mestres a adotarem o "Reflexão e Ação", com a finalidade de servir de base para as aulas a serem ministradas aos estudantes da 7.^a série.

Foi, porém, vetada a distribuição desse livro, embora constasse do catálogo distribuído pela FAE para a escola democrática do Livro Didático. Quem vetou esse material didático, desrespeitando e violentando a liberdade de Cátedra, e violando um Decreto Presidencial? Ainda não sabemos o autor desse crime, mas provavelmente é um discípulo da escola de censores da qual foi vítima "Je Vous Salue, Marie". Alguém que se intitula de tutor dos nossos filhos, e que lhes retira a oportunidade de acesso a um livro compromissado com a reconstrução do Brasil, do Homem.

Se realmente havia a intenção de não distribuir esse livro, então não o incluísem no catálogo. Mas a partir do momento em que, atendendo-se ao Programa do Livro Didático o qual prevê a escolha deste recurso didático pelo professor, sendo o livro colocado à apreciação e lhe é atribuído merecido valor, não há como evitar a distribuição. Tenho afirmado por diversas vezes nesta Casa: o setor nacional que mais padeceu com o rigor do embotamento à consciência crítica da população, foi o educacional; será que continuaremos pactuando nesse atentado intelectual?

Os reais desígnios que levaram a esta censura, não são conhecidos, mas são sensíveis. A intenção de ocultar a face nua e crua da realidade brasileira, continua arraigada nos novos governantes. O argumento da "antevisão de resultados negativos à formação da juventude" não serve mais; o livro é um mero recurso didático, e não podemos deixar de levar em conta a multiplicidade de fatores intervenientes no processo educativo. Preconceitos como este

serão extirpados gradualmente da consciência daqueles que ainda não captaram a liberdade que deve envolver as relações inter-humanas; mas não serão considerados argumentos.

Nós, paranaenses, na qualidade de precursores da instituição da democracia nas escolas e como idealizadores do Decreto Presidencial da escolha democrática do livro didático, o que se realiza no Estado há quase três anos, não podemos permitir que venham vilipendiar este direito adquirido pelos nossos docentes. O professor não é um incapaz! Não necessita de tutela! Apoiamos e sempre apoiaremos quem traz propostas sérias sobre a educação. Vamos acabar de uma vez por todas com as farsas que ainda existem em prejuízo do sistema educacional. Exigimos que a GAE se pronuncie imediatamente sobre o assunto, enviando em seguida, para as escolas o material solicitado. O feitiço vai-se voltar contra os feiticeiros: para a fogueira com os censores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando suplementação alimentar para os Postos de Saúde das Cidades de Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa e Ubitatã.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Diante da necessidade crescente da distribuição de alimentos para gestantes, crianças e doentes inválidos, tem sido imprescindível uma suplementação alimentar para melhor atendimento do povo das cidades citadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio da Várzea, proximidades de Silvianópolis, Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A construção dessa ponte é de maior importância para os moradores da região e agricultores que enfrentam problemas de tráfego, cada vez que necessitam transpor-

tar produtos agrícolas ou apenas se locomoverem a cidades próximas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Gilberto Geraldo Garbi, MD. Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a implantação de 50 linhas telefônicas no Distrito de Farol, município de Campo Mourão. Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional do Distrito de Farol nos últimos anos apresentou significativo aumento de estabelecimentos comerciais e residenciais que necessitam de telefones.

Nesse sentido, dezenas de pedidos já foram feitos ao dinâmico vereador José Laurindo Claus, porta-voz daquele Distrito, que nos transmitiu a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à douta Comissão Especial de Reforma à Constituição, solicitando que as Proposições n. 186/84; 157/85 e 159/85, sejam apreciadas em conjunto, com a unificação dos textos, pensando-se às mesmas o expediente protocolado sob n. 11669/85.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) ANIBAL KHURY,

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e

NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Todas as Proposições enumeradas no presente requerimento tratam de matéria relacionada com o Poder Judiciário.

A apreciação em conjunto torna-se necessária, vez que muitas delas versam sobre os mesmos dispositivos constitucionais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Data Vênia a douta Mesa, após ouvir o magno Plenário, seja encaminhado expediente ao ilustríssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, Doutor Jesus Sarrão, solicitando em regime de urgência, a implantação de uma "Delegacia da Mulher" no Município de Guarapuava.

Uma vez aprovado que se dê ciência à

Câmara Municipal de Vereadores daquele município, através de seu Presidente, Vereador Valmor Casagrande.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, atendendo apelos insistentes de Guarapuavanos que exercem lideranças políticas, este parlamentar traz a este magnânimo Plenário um requerimento que solicita a implantação da "Delegacia da Mulher" em Guarapuava.

No ano internacional da mulher, nada mais importante do que criar-se uma Delegacia especializada em problemas da Mulher, oferecendo a elas toda assistência jurídica, psicológica e social, em um município que é considerado um dos maiores do Estado e onde esta deficiência tem se acentuado gradativamente.

É lamentável que uma grande percentagem dos casos atendidos pela Delegacia de Polícia daquela Comarca, nos últimos seis meses, relacionam-se com uma violência sem precedentes contra a Mulher, razão sobeja para que uma ação peremptória e dirigida neste setor seja envidada urgentemente, a fim de que estes abusos sejam combatidos.

É necessário que se faça um expurgo social pois, grande parte desta violência não se torna oficial, em função da falta de coragem da Mulher em enfrentar um policial masculino, que por questões óbvias, não saberá reciclar o seu drama e por razões naturais, não poderá aconselhá-la como no caso "de mulher pra mulher".

Estamos tranquilos quanto ao insofismável apoio dos nobres colegas ao nosso requerimento, pois além de uma questão altruísta, se caracteriza por uma atenção melhor a este segmento. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor FRANCISCO RAPHAEL DI LASCIO, Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social - I.N.P.S., solicitando a instalação de um Posto de Atendimento Urbano no Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cândido de Abreu alcançou elevado nível de crescimento e desenvolvimento desde a sua criação.

E tendo em vista os constantes reclamos, por parte da população, da inexistência de um Posto de Atendimento urbano na-

que a localidade, o presente requerimento tem a finalidade especial de informar a este Instituto que providencie a instalação de tal Posto de Atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor GILBERTO GERALDO GARBI, Diretor presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, solicitando a instalação de um Posto Telefônico - P.S., linha Ivaí na localidade de Areião, Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista os constantes reclamos, por parte da população, e sendo a localidade de Areião, a exemplo do Município de Cândido de Abreu, uma região agrícola, em franco desenvolvimento sócio-econômico, com várias lojas comerciais, escolas, etc., o presente requerimento tem a finalidade especial de informar a esta Companhia que providencie a instalação de um posto Telefônico - P.S., na referida localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor ANTÔNIO JOSÉ CORREIA RIBAS, Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem - D.E.R., solicitando o cascalhamento da Vicinal "C", da Rodovia Reserva-Cândido de Abreu-Manoel Ribas, trecho Faxinal Catanduva.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a Vicinal "C" em Faxinal Catanduva encontra-se em condições precárias, e ser de grande importância por atender uma colônia populosa, ainda mais sabendo que a empreiteira está desenvolvendo o serviço de terraplenagem naquela localidade, solicito a devida atenção desse Departamento, no sentido de autorizar o cascalhamento da referida Vicinal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Se-

nhor OCTACÍLIO RIBEIRO DA SILVA, Diretor de Crédito Rural e Industrial do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando a liberação de recursos bancários para atendimento aos agricultores de Cândido de Abreu - PR., através da Secretaria da Fazenda. Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Face à grande estiagem que o Estado passou recentemente, os agricultores estão encontrando dificuldades para o pagamento dos compromissos financeiros assumidos com o plantio.

Sendo Cândido de Abreu um Município com expressivo número de agricultores, responsáveis por um grande plantio de grãos, destacando-se por uma produção de algodão, necessita de um apoio maior por parte dessa Diretoria de Crédito Rural e Industrial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente do ROTARY CLUB DE PONTA GROSSA, OSCAR DIEDRICH, manifestando seus cumprimentos pela extensiva programação alusiva às comemorações do Cinquentenário de Fundação daquele prestigioso Club, ocasião em que sediou nos dias 4, 5 e 6 do mês em curso, a 12ª Conferência do Distrito 464 do Rotary Internacional, evento que congregou as mais expressivas personalidades rotarianas, com o intuito de comungar interesses no sentido de solução para os mais diversos problemas sociais, ressaltando a importante participação do presidente do Conglomerado Bamerindus, Senhor JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, que ensejando sua abertura oficial, proferiu palestra sobre o "Momento Econômico".

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando sejam encaminhadas a esta Casa, por ocasião do envio de mensagem assegurando a manutenção do piso de 2,2 salários-mínimos para o Magistério, informações sobre o montante das despesas com o funcionalismo em geral e com o magistério em particular a serem efetuados no presente exercício, sobre a reestimativa da receita em decorrência do Decreto Lei n. 2.284, bem como sobre quais

as obras que seriam paralisadas em função da manutenção do piso de 2,2 salários-mínimos para o Magistério.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Secretária da Educação, em um programa de televisão na manhã do dia 08 de abril, anunciou a decisão do governo de remeter ao Legislativo estadual mensagem assegurando o piso de 2,2 salários-mínimos ao Magistério, mas advertindo que essa manutenção irá significar a paralisação de obras do Governo.

Uma afirmação dessa natureza por parte da Secretaria da Educação - de que a manutenção de um direito legitimamente conquistado pelos professores do Paraná acarretará paralisação de obras - bem como do Chefe da Casa Civil e do próprio Governador do Estado, pode induzir a população à uma indisposição em relação ao Magistério.

O Paraná - e aí se inclui o funcionalismo e o Magistério - tem o direito de conhecer os dados. O que se divulgou até agora é que em função do Decreto-Lei n. 2.284 o Orçamento do Estado teria um corte de cinco bilhões de cruzados, mas o Executivo não explicou como ocorre um corte dessa grandeza nem que despesas devem ser reduzidas e que obras serão paralisadas.

Sabe-se que os principais programas do Governo são executados com recursos obtidos mediante empréstimo. O programa rodoviário, o PRAM e o de eletrificação Rural.

Sem dispor-se dos dados centralizados pelo Executivo, resta a alternativa de trabalhar sobre hipótese e, neste caso, é lícito supor-se que a receita do ICM, orçada em Cz\$ 72,2 bilhões, não vá sofrer redução, se considerar que os preços das mercadorias foram congelados pelo pico, em 28 de fevereiro, que haverá um crescimento da economia da ordem de 5% este ano e ainda que haverá a ocorrência de uma inflação de pelo menos 30% até o final de 1986.

Se a receita tributária se mantém no mesmo nível da orçada e se mantém o ingresso dos recursos externos destinados a financiar a execução dos programas, deve o povo saber então como haverá uma redução tão substancial no orçamento a ponto de penalizar-se o funcionalismo com achatamento salarial.

Transparência e participação é o que exige o povo do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor

Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a destinação de um gabinete dentário para a localidade de Ourilândia, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Concentrando expressivo contingente populacional, Ourilândia representa indispensável parcela no processo desenvolvimentista do Município de Barbosa Ferraz.

Diante de tal realidade, é imprescindível que Ourilândia tenha estruturas condizentes com suas necessidades e crescimento, no que tange ao setor de saúde. De acordo com levantamentos realizados pela Excelentíssima Senhora Elza Marques Gonçalves, integrante do Poder Legislativo, à referida localidade carece de um atendimento odontológico, notadamente para as pessoas de menor poder aquisitivo.

Deste modo é preciso que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social estude a real possibilidade de liberar equipamentos para a formação de um gabinete dentário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a Municipalidade de Araruna.

O veículo atualmente à disposição da polícia não oferece condições satisfatórias de uso, por vezes impossibilitando atender, com agilidade, os chamados ou mesmo o trabalho de prevenção.

De acordo com tais argumentações, aliás de responsabilidade do ilustríssimo Senhor Delegado Euclides Correa; aguarda-se, por parte dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, um pronunciamento favorável sobre tal questão.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, através do Ilustríssimo Senhor Presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, no sentido da implantação da rede de água na localidade de Paranaguáçu, pertencente a Municipalidade de Boa Esperança.

Torna-se perfeitamente dispensável tecer qualquer comentário quanto a importância de existir a localidade de Paranaguá no contexto do Município de região de Boa Esperança. No entretanto, vale dizer que, pelo seu porte, assim como o expressivo número de habitantes, Paranaguá deve merecer, efetivamente uma atenção, por parte dos organismos governamentais, a altura de suas reais necessidades.

Neste sentido, conforme proposta do Excelentíssimo Senhor Celso Buscariol, Prefeito da cidade, é de vital importância, no que respeita ao setor de abatecimento, que essa SANEPAR estude formas de viabilizar a implantação da rede de água na citada localidade, visto que são várias as residências que não possuem tão indispensável benefício.

Assim sendo, espera-se a adoção de medidas que venham de encontro a esta justa aspiração do povo de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido da realização de estudos visando analisar as reais possibilidades de implantação de supletivo (1.º e 2.º graus) numa das escolas pertencentes a rede estadual, na Municipalidade de Campo Mourão.

Fora de qualquer dúvida, o município, assim como a região de Campo Mourão, tem experimentado sua melhor fase de progresso em toda a sua história, notadamente no setor agropastoril (maior base de sustentação sócio-econômica); no ramo comercial e da indústria e no âmbito da construção civil. Tais fatores naturalmente têm atraído muita mão-de-obra, e praticamente todos os níveis para aquela cidade.

Justamente diante do acelerado processo desenvolvimentista mourãoense, diversos segmentos necessariamente devem adequar-se a nova realidade, compatível do porte.

Deste modo, o setor educacional está também a exigir ações para a sua efetiva melhoria. O problema localiza-se na falta de curso supletivo (1.º e 2.º Graus) em uma das escolas da rede pública, o que, conseqüentemente, priva uma legião de pessoas de iniciar ou dar continuidade a seus estudos, situação sentida principalmente nas famílias de menor poder aquisitivo, conforme destaca a Ilustríssima Senhora Elza Brisola Macial, pioneira em Campo Mourão.

Os motivos aqui expostos, de acordo

Curitiba, terça, em 08.04.86

com as preocupações apresentadas pela Senhora Elza Brisola Macial, são suficientes para justificar o início de estudos visando tornar realidade o que alude o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da nota inserida no jornal "Gazeta do Povo", às fls. 13 do dia 07 do corrente, sobre o pronunciamento feito pelo Excelentíssimo Senhor Presidente JOSÉ SARNEY, durante a VII Convenção Nacional do P.M.D.B., onde Sua Excelência, enfatizou "Jamais nos dispersaremos" repetindo a frase de autoria do saudoso Presidente TANCREDO NEVES, cujo pronunciamento na Convenção Nacional do P.M.D.B. repercutiu intensamente entre todos os participantes, que responderam com manifestação de entusiasmo ao Senhor Presidente da República, eleito na ocasião Presidente de Honra do partido. Nós somos uma grande família de devotados homens públicos que estamos cumprindo num momento importante da história do Brasil uma missão que será marcada como dos passos mais decisivos. O P.M.D.B., tem uma tradição de luta, serviços indelévels na vida brasileira. A luta pelas instituições, a luta pela liberdade.

Juntei-me a ele na minha estrada de Damasco, e o nosso destino é comum. Agora é o momento da construção. Desejo ver o P.M.D.B. com o mesmo idealismo, o mesmo entusiasmo, a mesma bravura nos embates deste ano para formarmos na Constituinte uma bancada que possa assegurar a continuidade da grande obra da restauração Nacional, disse Sua Excelência.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 55/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Os estabelecimentos de ensino existentes no Estado do Paraná deverão ter, obrigatoriamente, dependências adequadas ao preparo da merenda escolar, sendo vedada expressamente a utilização das salas de aula para esta finalidade.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoiamento: Nilso Sguarezzi, Edmar Luiz Costa, Tadeu França e Rubens Bueno.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposição tem por finalidade, ainda que intempestivamente, prevenir a ocorrência de fatos como o recentemente verificado no Município de Joaquim Távora, de triste lembrança, onde pereceram diversas pessoas.

Não se pode conceber que, juntamente com os alunos, haja o manuseio de material inflamável que, por acidente ou defeito material, venha a causar tragédias de qualquer amplitude, e de difícil assimilação por parte de todos.

Portanto, em suprimento aos anseios de grande número de pais e alunos, é que apresentamos o presente plano de lei, ao qual solicitamos o apoio e aprovação dos Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 56/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica denominada "Rodovia Vereador Jocelino Pereira dos Santos", a rodovia que liga Goioerê a Nova Aurora;

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de mais de três décadas de sua emancipação política e administrativa, o Município de Goioerê representa, fora de qualquer dúvida, uma das regiões mais importantes de nosso território paranaense. Tal realidade só foi, e está sendo possível, graças ao trabalho incansável de sua gente, principalmente no que respeita as atividades agrícolas e pastoris, verdadeiros sustentáculos sócio-econômicos.

Mas a condição do processo desenvolvimentista goioerense é fruto de ação destemida dos pioneiros, verdadeiros desbravadores dos sertões, que abriram veredas, construíram os primeiros núcleos habitacionais, cultivando a terra, colhendo os frutos, fazendo surgir esta pujante cidade. Com isto, vieram muitas outras pessoas, somando e formando novas gerações.

Jocelino Pereira dos Santos, no vigor de sua juventude, cheio de ideais, atraído pelo alto teor fértil da camada arável da terra, após ter morado na cidade de Cianorte, chegou na localidade de IV Centenário no início do ano de 1961. Neste período

do iniciara suas atividades agrícolas por ter adquirido algumas áreas, desenvolvendo também atividades comerciais.

Muito rapidamente o hoje Distrito de IV Centenário conhecia a dedicação de Jocelino, não apenas e tão-somente no que respeitava os seus afazeres no trabalho, mas em todas as iniciativas comunitárias que efetivamente tivessem voltadas para o progresso, e, conseqüentemente, do bem-estar social.

Homem probo, feliz no seu convívio com a família, de cuja harmoniosa união com a Senhora Benedita nasceram os filhos Dória, Lázaro, Diva, Donizete, Dulce e João Paulo, todos educados dentro dos mais sagrados princípios cristãos, da moralidade, do respeito às leis, da consideração com os semelhantes; cujos ensinamentos tornaram-se verdadeiras lições, transmitidas também para seus nove netos.

Justamente pelas suas qualidades invejáveis, pela constante preocupação e orgulho que tinha por aquela rica e vasta região, por insistência de seus amigos, com expressiva votação, foi guindado a uma cadeira do Poder Legislativo, dia 15 de novembro de 1976. Uma data marcante para IV Centenário que passou a contar com um digno representante, fazendo da Câmara Municipal trincheira das lutas e aspirações populares, caracterizando por uma linha de atuação concisa e independente. Mas o recinto da Câmara, quando da realização de suas sessões plenárias, eram, na realidade, uma conseqüência da sua postura, uma vez que sua preocupação com o social, quanto a seus diversos problemas, fizeram com que Jocelino passasse a dedicar-se única e exclusivamente ao mandato, abdicando de suas atividades particulares.

Pela confiança que conquistou naturalmente, o povo o reelegeu em 1982, em reconhecimento dos relevantes serviços prestados e graças ao comportamento ético e sobretudo honesto, comprovado também nas funções que lhe eram atribuídas, como a Vice-Presidência (exercida em duas oportunidades) e o Cargo de Segundo Secretário.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a apresentação do presente projeto de lei objetiva sobretudo procurar, com esta justa homenagem, o pioneirismo, a dedicação do referido Vereador, cujo desaparecimento abriu uma lacuna impreenchível no seio da comunidade goioerense, que perde um dos mais ilustres moradores, destacado político, sendo que seus ensinamentos não morreram, ao contrário disto, continuam na memória de muitos que tiveram a honra e o privilégio de com ele conviver.

PROJETO DE LEI N. 57/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Pa-

Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede e foro em Ipiranga.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro na cidade de Ipiranga, está devidamente registrada no cartório competente desde 13 de agosto de 1975, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto, tem por finalidade prestar assistência de ordem intelectual, moral e material às pessoas necessitadas que moram no Município de Ipiranga.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei a apreciação de nossos nobres pares, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 58/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Jorge do Patrocínio", com sede e foro na cidade de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Altonia, sob o n. 033, do livro A-1, de 24 de agosto de 1982 e as demais exigências da lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, estão comprovadas através da farta documentação que acompanha o presente plano de lei, razão pela qual, solicito aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis o devido apoio para o projeto, como também sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 59/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao "Lar de Meninas Oricena Vargas", órgão integrante da Assistência e Promoção Social Exército de Salvação, o

imóvel de propriedade do Estado constituído pelo terreno situado à Praça Doutor Munhoz da Rocha, na cidade de Piraí do Sul com setenta e dois metros e vinte centímetros de frente (72,20m), fazendo esquina com a rua Quinze de Novembro, para onde mede quarenta e sete metros e noventa centímetros (47,90m) e com a rua Marechal Floriano para onde mede trinta e dois metros e oitenta centímetros (32,80m), limitando-se nos fundos com propriedade de José Alves de Almeida, terreno esse com área total de 1.500 m² aproximadamente, com benfeitorias, constante do Registro de n. 3.505 - 3-B fls. 75 e 76, de 07/12/40, do Registro de Imóveis da Comarca de Castro.

Parágrafo Único - a presente doação fica gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação - Lar de Meninas Oricena Vargas, localizada a rua XV de Novembro n. 178 na cidade de Piraí do Sul é uma entidade que funciona regularmente naquela cidade há 28 anos e abriga 200 (duzentas) crianças em regime de internato permanente.

Recentemente inaugurou uma creche para prestar assistência a 90 (noventa) crianças.

Mas não obstante, visando ampliar suas atividades desenvolvendo um novo projeto que visa abrigar um "Centro de Integração Comunitário" e ensejando alcançar o universo dos objetivos desta Instituição, pretende a doação definitiva do imóvel em desuso de propriedade do Estado do Paraná situado a rua XV de Novembro com área de 1.500 m² sobre o qual pretende edificar as instalações compatíveis com os fins da referida unidade.

É neste sentido que apresentamos o presente plano de lei que esperamos irá receber o total apoio dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski. (Ausente).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Aírton Cordeiro. (Ausente).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Em nossa avaliação, o PMDB deve continuar sendo a grande trincheira de lutas em torno das grandes questões nacionais. É por esta razão que enquanto não temos condições de consolidar bandeiras como a da moratória da dívida externa, como até mesmo a de uma reforma agrária que se caracterizasse ao menos pela fixação de um limite máximo para cada propriedade brasileira; as grandes questões nacionais estão pendentes e é desta forma que nós encaramos, mais do que nunca, em termos de visão histórica a necessidade de que em nome das questões que sempre foram as grandes bandeiras do PMDB, em nome de uma população de cento e trinta milhões de brasileiros, dos quais trinta milhões estão em miséria absoluta; setenta milhões em estado de pobreza, em nome de um Brasil de vinte milhões de menores abandonados e de um país onde apenas trinta milhões de pessoas se consideram como bons consumidores, principalmente dos produtos multinacionais. É preciso que, acima de tudo, a visão da unidade, seja a norma suprema a nortear a militância democrática, rumo a um Brasil que precisa ser diferente.

É sob esse intuito que nós vemos e aproveitamos o ensejo para prestar esclarecimentos em função das muitas versões que estariam ocorrendo sobre o atual momento do PMDB paranaense. Nós deixamos bem claro aqui desta Casa de Leis, que em se tratando especificamente de Maringá, cidade de onde sou originário, penso que o PMDB maringaense como um todo, ainda não esteja fechado com a candidatura de Álvaro Dias para o Governo do Estado. Pessoalmente, entretanto, não apenas tenho por inúmeras vezes reiterado apoio à candidatura de Álvaro Dias, bem como, na condição de militante do partido, jamais deixaria de pelejar ao lado do candidato do PMDB ao Governo do Estado, nas eleições de 15 de novembro.

O que ocorre em Maringá, fundamentalmente, é a pretensão do PMDB em discutir com Álvaro Dias com maior profundidade, o seu plano de Governo, não só para a cidade de Maringá, como para todo o Norte e Noroeste do Estado.

É desta forma simples, singela que estamos levando aos nossos companheiros uma posição que permanece inalterável, a mesma que sempre mantivemos. Mais do que nunca, é hora de que todos aqueles que tem pelejado na trincheira da democracia, de todos aqueles que têm-se colocado durante vinte anos, nos pilares da resistência democrática e todos nós, numa visão maior de um país que necessita fundamentalmente das somas das forças democráticas, colocarmos a visão da unidade como a bandeira suprema e maior a ser seguida.

É desta forma, portanto, que nós, aproveitando o ensejo, para dar clareza de uma posição em função principalmente dos últimos episódios e com muito pesar, nós o sentimos e estão registrando e porque não dizer, dividindo de certa forma, a agremiação peemedebista do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Antes de passarmos a palavra para o próximo orador, a Mesa registra honrosamente a presença do Vereador de Paranaguá, Nilton Abel Lima.

Concedo a palavra ao orador inscrito. Senhor Deputado Rubens Bueno. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez o Governador José Richa demonstra, publicamente, o seu despreço ao Poder Legislativo. Declara Sua Excelência, pelos veículos de comunicação, que vetará e emenda aprovada por este Poder, mantendo o piso salarial para os professores paranaenses.

É lamentável que o Governador, na ânsia de tripudiar sobre os Deputados da Oposição, tripudie também, sobre os Deputados que lhe dão sustentação parlamentar neste Poder.

Quero lançar, desta tribuna, ao Governador e aos seus seguidores, um desafio público para que sejam apontadas as irregularidades técnicas, tão espalhadas pelo Paraná, da emenda de nossa autoria e que assegura ao professorado o piso no valor de 2.2 do salário-mínimo.

Inventaram as desculpas mais esfarrapadas. Não conseguiram convencer a opinião pública; muito menos convenceram os Parlamentares. E hoje, a Secretária da Educação dizer que a falha técnica na emenda está no fato de se mencionar tão somente na redação da emenda o nível PA-1, que é o nível inicial da carreira, do Quadro Próprio do Magistério.

Aqueles que não sabem, esclareço que o aumento, que o salário, que a escala progressiva do vencimento dos professores é uma escala toda ela montada a partir do piso salarial. No nível PA-1 estaria abaixo dos dois inteiros e dois décimos do valor do salário-mínimo vigente no Paraná e hoje uniformizado em todo o País. Então, incide sobre o nível PA-1 um percentual de 15%, automaticamente. Incide sobre o PB-2, para satisfazer as necessidades do PC-3, que é o terceiro nível, mais 20%. No PD-4, há incidência de mais 15% sobre o valor do PC-3. E no PE-5, a incidência de 15% sobre o valor do PD-4.

É lamentável que o Governador José Richa falte com a verdade, se utilizando dos dinheiros públicos para tentar induzir, junto à opinião pública, uma imagem totalmente deformada do Poder Legislativo, porque quando diz que os Deputados votarem sob pressão, ele faz uma acusação leviana aos Deputados do PMDB. Porque os Deputados da oposição não votaram sob pressão alguma.

Quando ele diz que há falta técnica, o Governador coloca em dúvida a competência dos Deputados do PMDB, porque foi da Oposição, a origem da emenda sobre o piso salarial e quando o Governador dá as desculpas mais esfarrapadas, ele subestima a inteligência dos paranaenses, subestima a inteligência dos professores do Paraná e quer colocar de joelhos diante de si, este Poder que já está cansado, Senhor Presidente, de ficar arcado, como denunciou no passado o PMDB e de continuar arcado agora sob a regência do PMDB, nesta Casa e na política do Paraná.

Que o Governador José Richa tenha mais cuidado ao mexer com a responsabilidades dos Senhores Deputados, porque nós não aceitaremos a desfaçatez do Chefe do Poder Executivo, que de tanto mentir, como disse Rui Barbosa, se perde na sua própria mentira.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

A Mesa tem a grata satisfação de anunciar a visita honrosa do ex-Senador Nelson Maculan.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretendia, ontem, responder às levianidades formuladas pelo "candidato Justo Veríssimo", do PMDB, cognominado de Álvaro Dias.

Todavia, a imprensa do Paraná já deu a dimensão exata as respostas que pretendíamos dar. Em aditamento às respostas e para provar ou desafiar, onde fica a hipocrisia da classe política, fundamentada em alguns documentos, venho desta Tribuna, fazer, mais uma vez, a convocação do Secretário da Cultura e do Esporte, para provar tudo aquilo que afirmamos e se hipocrisia não houver dentro do PMDB, com certeza aprovarão este requerimento e com certeza, nós teremos aqui neste Plenário para um debate democrático, público e aberto a presença do Senhor Fernando Ghignone, responsável pelos descaminhos que atravessa a cultura e o esporte do Paraná.

O legado de Fernando Ghignone, à cul-

tura do Paraná é notável pelo desconcerto que o caracteriza.

À parte, o que aqui já foi comentado, durante o ano de 1985, recebemos reclamações e protestos de todas as áreas de atuação de competência da Secretaria da Cultura.

A sociedade merece uma resposta.

Foi publicado um fascículo no qual a Secretaria define suas políticas de ação cultural, de acordo com o programa do PMDB, o que foi referendado na fala do Senhor Secretário em fins de 1983, através da televisão.

Mais que uma promessa, este documento é um compromisso com a sociedade. A dívida antiga com o nosso povo, no que diz respeito ao patrimônio e ao universo cultural do nosso Estado não foi saldada, antes, se avoluma catastroficamente.

Excetuando-se a Orquestra Sinfônica - sem dúvida uma feliz realização nada foi registrado, a não ser o desmando e a tirania de que é acusado o Secretário.

São cartas-denúncia, panfletos, manifestações públicas, greves e notícias de jornal, além da situação de penúria do nosso patrimônio de valor histórico e cultural que atestam a incompetência do Senhor Secretário da Cultura e do Esporte.

A começar pelo desprestígio que a cultura tem granjeado, junto ao Governo Richa, nitidamente expresso no orçamento destinado a esta Secretaria, que vem diminuindo ano a ano.

O Senhor Secretário recebeu em 1983, uma dotação orçamentária de 0,98%, em 1984 baixada para 0,84, conseguindo restringi-la muito mais em 1986, sendo que deve incluir também esporte e turismo.

A Resistência Democrática pela Reabilitação da Cultura, além dos atos políticos que realizou, nos enviou o manifesto que transcrevemos em parte: (Lê):

"A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA PELA REABILITAÇÃO DA CULTURA NO PARANÁ", criada em defesa da cultura enquanto for Secretário, o ditador carrasco-mor Fernando Eugênio Ghignone, que ocupa sem nenhuma dignidade e competência aquele cargo público, vem manifestar sua perplexidade diante das notícias nos jornais sobre a "atuação" na esfera federal o fascista em tela. O autêntico representante da mais odiosa das ditaduras é nomeado pela atual direção do Ministério da Cultura para conselho curador".

Obedecendo a organização administrativa daquela Secretaria faremos uma breve análise a começar pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural, responsável pelo patrimônio histórico e cultural no nosso Estado, bem como pelos museus históricos, monográficos e de arte.

Já formulamos pedidos de informações a esta Secretaria, mais especialmente à Coordenadoria do Patrimônio Cultural, em 1.º de abril de 1984. Devo afirmar que, as respostas foram satisfatórias aos métodos utilizados pelo Inventário de Proteção ao Acervo Cultural, que envolve três áreas: arquitetura, história e antropologia.

Os procedimentos descritos são perfeitos, infelizmente, pelos fatos ocorridos entende-se que a praxis não corresponde à teoria.

Quanto à solicitação de publicação do inventário que fizemos em junho de 1984, e novamente em março de 1985, o fizemos por tal documento só tem valor se publicado e o Senhor Secretário em fins de 1983, o anunciou em andamento.

Julgamos a partir dos procedimentos técnicos, que pelo menos os acervos de seus e dos demais órgãos do Estado, já deveriam ter sido publicados.

O documento informativo, porém, não se refere aos acervos de museus, o que acusa estranheza.

Afinal, em mudança de governo esta é uma prática habitual e correta, para a conferência deste acervo público, até mesmo com vistas à preservação do patrimônio e resguardando do responsável.

Sabemos que foram realizados, na gestão de 1983, do Museu de Arte Contemporânea, os inventários deste e do Museu Alfredo Andersen.

O documento informativo da SECE que o principal é "a tomada de consciência das comunidades quanto à questão do patrimônio (que evidentemente não se restringe às edificações), e principalmente da necessidade do seu envolvimento-participação nas ações de preservação".

Se os municípios selecionados foram Morretes e Antonina e se "após" a atuação das equipes do IPAC, formou-se em Antonina, a Associação de Proteção ao Acervo Cultural", não entendemos como se deu a intervenção destrutiva na Ponte da Pita, com aterro e calçada.

Se consideramos só este ponto - há outros - não terá funcionado o trabalho do IPAC, junto à população de Antonina.

Quando às reuniões do Conselho do Patrimônio, há muito aguardamos a sua abertura ao público.

Afinal o patrimônio é público. É preciso que se lance editais destas reuniões pelo menos no que diz respeito à destinação de uso dos monumentos tombados.

A política de artes plásticas do Estado, tem sofrido críticas por ser ditatorial - monopolizada pelo Museu de Arte Contemporânea, não admite questionamento.

Fechada em um pequeno grupo, onde não há nenhum crítico de arte, atua ao sabor

dos gostos pessoais. Há muito, substituíram a qualidade pela quantidade. Comenta-se que o MAC não é mais um museu, mas simplesmente um lugar de exposições, que não guarda nenhuma sequência metodológica ou técnica compatível.

Sendo o único museu do gênero no Estado, deveria além das mostras eventuais, expor o acervo adequadamente para oferecer uma visão não sectária do nosso universo artístico.

Sabe-se que parte deste acervo, corre as Agências da Caixa Econômica, pelos municípios paranaenses.

Sendo imposta de maneira despótica a quem entra apressadamente e com outros interesses. Desta forma, torna-se fácil levantar o número desejável de visitantes.

Ao invés de produzir o desejado efeito de "popularidade" esta atitude vulgariza o acervo e o submete a degradação acelerada.

Aliás, tem sido preocupação constante o acervo, já que menos de um terço está exposto, e não há condições para mantê-lo em depósito.

Agravou-se a preocupação quando a Diretoria do Museu impediu que um técnico interessado conferisse o acervo, quando eram tornadas públicas estas suspeitas.

Sabe-se que qualquer cidadão pode solicitar esta conferência, já que paga seus impostos para que estes serviços públicos sejam executados.

Pelos fatos ocorridos chegamos à conclusão de que há uma grave distorção de conceitos.

Ações mal planejadas e conduzidas apressadamente repetem-se num festival de besteiras que chegam a confundir o público.

O "peso" oficial pode ser um estímulo à integração como pode tornar-se perigosamente descaracterizador...

É inegável que houve um retrocesso, na área da cultura do Paraná.

Percebe-se a prevalência dos interesses particulares em detrimento do social.

A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa fez ênfase à "meta de interiorização mediante uma série de projetos que levaram às diversas regiões do Estado os mais importantes programas conduzidos pela Secretaria da Cultura e do Esporte".

Cita como "acontecimento mais importante para o seu desenvolvimento o Museu da Imagem e do Som, a instituição que terá entre suas atribuições, a de fazer o registro e realizar a divulgação da memória e do patrimônio cultural do Estado".

Prioriza assim, dar ao museu as condições materiais e estruturais para que possa cumprir a promoção do nosso acervo cultural através de multimeios.

Ocorre que este Museu, orgulho do Governador após uma vida pública brevíssima

retorna aos depósitos da Secretaria da Cultura, a repousar entre mofo e fungos.

Estranhamos que para a instalação provisória do MIS, tenha sido alugada uma casa e realizadas as reformas condizentes para adaptação.

Não compreendemos, como se gasta o dinheiro público em um imóvel particular, sem a mínima garantia contratual de permanência da instituição a que se destina, ao invés de tentar a sua instalação em próprio do Estado.

A questão das Artes Cênicas, cuja direção é da Fundação Teatro Guaíra, tem merecido dos profissionais ligados à área as mais acirradas críticas. O povo comenta que o Guaíra é a "imobiliária" mais cara do Estado.

Não faz mais que alugar suas dependências para espetáculos inacessíveis ao público.

O preço é por si, seletivo e as verbas são consumidas na manutenção da máquina burocrática.

Transcrevemos em parte o documento que nos foi enviado a respeito do Curso de Artes Cênicas, que representava a realização dos anseios da classe, tão duramente conquistado.

"A criação do curso, no que diz respeito à sua organização, programa, sistemática e desenvolvimento ficou a cargo da antiga Universidade Católica do Paraná, a qual, por sua vez, colocou à frente dos trabalhos a Professora Elisa Gonçalves Martins, profunda conhecedora da matéria administrativa escolar e com comprovada experiência em matéria de artes cênicas.

A PUC indicou como Coordenadora do Curso de Artes Cênicas a pessoa que mais trabalhou para a sua criação, vale dizer, a Professora Elisa Gonçalves Martins, a esta altura já desligada da Secretaria de Cultura e Esporte do Estado, e considerada "inimiga" do Secretário. Não obstante tais divergências, a PUC procurou ponderar a maior capacidade da mencionada professora para coordenar o trabalho.

Assim foi feito até o mês de maio de 1985, apesar das terríveis pressões que partiam da Secretaria da Cultura e do Esporte.

Durante os primeiros meses, o trabalho desenvolvido mereceu o acatamento e respaldo de todo o corpo discente e docente do Curso Superior de Artes Cênicas, principalmente com relação à liberdade de criação e constantes debates e seminários com a presença, inclusive, de professores e artistas de todo o Brasil. Paralelamente ao curso, os acadêmicos tiveram oportunidade de assistir a espetáculos de dança e teatro, debatendo ao final, com os atores e professores sobre as técnicas de interpretação, criação e assim por diante.

Curitiba, terça, em 08.04.86

O Senhor Secretário, cego às reações altamente positivas dos envolvidos no Curso, pressionou a PUC e a própria Fundação Teatro Guaíra, para ver afastados de seus cargos, o Superintendente da Fundação, a Diretoria de Artes e o que foi pior, a Coordenadora do Curso. A atitude antidemocrática do Secretário, revoltou toda a classe, originando manifestações de apoio aos "inimigos do rei". Destacou-se aí, a mobilização de funcionários da Fundação Teatro Guaíra e dos alunos do Curso Superior de Artes Cênicas.

Como resumo, temos que a administração Fernando Ghignone pecou mortalmente com relação ao Curso Superior de Artes Cênicas, em função de comportamento arbitrário e nomeação de pessoas incapazes de compreender a importância e envergadura do curso, representando, a rigor, os "novos censores" do comportamento acadêmico de alunos e professores, procurando limitá-los aos moldes do senhor feudal que assim como os poderosos do período mais negro da humanidade, buscam manter sob o manto cinzento de sua incompetência todos os súditos, mas que se perdem, sempre, no negro do obscurantismo e da mediocridade."

Infelizmente, não param aí os desmandos do chamado "ditador da cultura".

Os artistas têm em vão tentado soluções para a questão das artes cênicas.

A categoria tem feito apelos e denúncias, tanto ao Senhor Secretário, quanto ao Governador, desde as exonerações de Oraci Gemba e Yara Sarmiento, da Superintendência e direção artística do Teatro Guaíra.

Sob a direção do Senhor José Tadeu Basso, do Dr. Leonel Amaral e da Senhora Duddu Barreto Leite, hoje já afastada, o Teatro Guaíra instaurou o terror nos bastidores, com pressões, ameaças de demissão e perseguições aos servidores daquela Fundação.

O Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Paraná, em documento enviado ao Senhor Governador, acusa a referida diretoria de incompetência, conivência e subserviência.

Em documento enviado ao Governador e ao Secretário, uma cópia dirigida a este Deputado, assim se expressou "Senhor Governador, através deste o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Paraná, tem a honra de encaminhar para o conhecimento e apreciação de Vossa Excelência, as considerações da categoria, resultantes da Assembléia Geral, convocada por este Sindicato, bem como a análise referente ao documento apresentado em 06 de março de 1986, pela Senhora Dudu Barreto Leite, Diretora de Artes, em nome da Diretoria da Fundação Teatro Guaíra, inteirada pelo Senhor José

Tadeu Bastos, Diretor-Superintendente e pelo doutor Leonel Amaral, Diretor-Administrativo, em reunião havida com os representantes da Classe das Artes Cênicas, teatro, dança, circo e Ópera. A propósito das atividades a serem desenvolvidas por aquele órgão, no ano em curso.

As referidas considerações, discutidas e aprovadas na Assembléia Geral, realizada nos dias 17, 18, 19, 20 e 24 do mês em curso, do mês de março, logicamente, são as que seguem: A categoria considera que o documento apresentado pela diretoria nominada, não é plano de ação, uma vez que não detalha as atividades a serem levadas a efeito, como também não especifica época, local, verba e estratégia correspondentes às realizações das ações pretendidas. Consideramos ainda, que foi ditatorial e arbitrária a forma como o referido documento foi exposto à classe tendo sido o encaminhamento da questão faccioso e castrador, prejudicando assim, o andamento das discussões necessárias à legítima aprovação das propostas ali contidas.

Consideramos igualmente, que a retirada do debate com vistas ao encaminhamento e à aprovação das propostas ao plano de ação de 1986, em Assembléia da categoria, se fez imprescindível uma vez que a reunião prometida para dezembro de 1985, com o objetivo de elaboração conjunta do plano em tela, isto é, classe e Fundação Teatro Guaíra, não aconteceu.

A categoria concluiu também, que esse documento foi elaborado de forma falha e confusa. Em especial, quando os títulos expressos como políticas setoriais, têm em repetidos momentos, objetivos que não lhe correspondem.

A Assembléia Geral manifestou-se ainda, sobre a enorme insatisfação das categorias profissionais, relativamente ao lançamento, sem a prévia e prometida consulta à classe, no edital de ocupação dos auditórios, assim como, do edital do curso para multiplicadores. Sendo que o primeiro, "não traduz interesses profissionais paranaenses e nem das empresas dos outros Estados".

Quanto ao segundo, expressou em seu bojo o mais absoluto radicalismo quanto a sua filosofia de aplicação. Numa programação onde a metodologia castra qualquer expressão ou iniciativa criadora do multiplicador. Inclusive, não faz a mínima referência às raízes diversificadas da nossa cultura, não nos tempos mais rígidos da ditadura, visse em questão de arte ou educação, comportamento mais inflexível.

Diante dos protestos das categorias profissionais, no desenrolar do mencionado curso, a Diretoria da Fundação Teatro Guaíra fez que fossem levados em consideração, alguns dos aspectos expostos acima.

Devido à exigüidade de tempo, passarei à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, texto completo da mensagem dos artistas paranaenses ao Governador do Estado e ao Secretário da Cultura e do Esporte, para que assim procedendo, fique registrado nos Anais da Assembléia, as gravíssimas acusações, e os profissionais da Ópera, do Circo, do Ballet, da Fundação Teatro Guaíra, fazem, nas palavras dele, ao ditador da Cultura do Paraná, Fernando Ghignone, e para que eu também possa dar o cumprimento legal da convocação ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, num desrespeito a esta área, não respeitando técnicos, atores, diretores, palhaços, bailarinos e estão inconformados com o caos em que se transformou aquela Fundação, lutam bravamente pelos seus direitos usurpados e manifestam seu repúdio às atitudes ditatoriais e aos editais fascistas com os quais pretende aquela Direção conduzir as artes no nosso Estado.

Chamamos a atenção para a situação de tensão permanente em que tem vivido o Ballet Teatro Guaíra, em razão da incompetência da Direção daquela Fundação, que interfere de forma inconveniente no projeto de trabalho do grupo.

Sabe-se que um corpo de baile tem hierarquia própria. É um sistema de trabalho "sui generis".

A disciplina interior e o bom desenvolvimento do trabalho dependem da coerência interna do grupo e do respeito e consideração que lhes assegura a autonomia.

O público, além da crítica especializada, consagrou o Ballet Teatro Guaíra. É o grande juiz da vitalidade e o potencial de realização artística do corpo de baile do nosso Estado.

O que o público não imagina é que este corpo de baile sofre dificuldades de sobrevivência, de ordem pessoal e artística.

Há bailarinos que ganham CZ\$ 1.200,00 e têm que comprar o instrumental de trabalho e até a maquiagem para poder se apresentar.

O Teatro tirou-lhes até mesmo este direito que lhes é assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Relatando detalhadamente todas as tentativas para entrar em acordo com a Secretaria da Cultura e a direção da Fundação Teatro Guaíra, a categoria apela: "Queremos trabalhar".

"Estamos entrando no segundo trimestre do ano e não se faz a não ser um plano de ação, que a categoria não considera como tal, do qual não pode participar".

Por várias vezes, desde junho de 1983, temos nos pronunciado a respeito da política cultural do nosso Estado. Denunciamos os atos desordenados e arbitrários do Se-

nhor Secretário que vem causando a dissolução dos mais importantes núcleos de ação cultural, desestruturando um trabalho, que a duras penas se tentava restaurar.

Denunciamos as exonerações de profissionais competentes, as ameaças de demissão e as pressões que instauram o terror nos ambientes de trabalho daquela Secretaria.

Denunciamos o despotismo, a incompetência e a inoperância do Senhor Secretário da Cultura.

Por estes e outros fatos já mencionados perante esta Assembléia passo a ler o seguinte requerimento: (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, nos termos da Constituição Federal e no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após consulta ao Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, Fernando Eugênio Ghignone, para que compareça perante o Plenário, em dia e hora que serão fixados conforme o Regimento Interno desta Assembléia, afim de prestar declarações sobre:

1. Execução das políticas de ação cultural traçadas nas diretrizes do Governo José Richa.

2. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural.

3. Instalação e Desativação do Museu da Imagem e do Som.

a. Quais os motivos da desativação do MIS?

b. Onde se encontra atualmente o acervo do MIS?

c. Qual o montante das despesas realizadas na instalação provisória do MIS, bem como se houve ressarcimento das mesmas?

d. Foram obedecidas as formalidades legais para a realização destas despesas?

4. Atuação do Museu de Arte Contemporânea nos últimos dois anos.

5. Inoperância em que se encontra atualmente a Fundação Teatro Guaíra.

a. Questão do Plano de Ação para 1986.

b. Situação atual do Ballet Teatro Guaíra

c. Questão da verba destinada ao Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1986.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

Espero que aí o PMDB mostre que não labora com hipocrisia, não trabalha com a mentira e aprove este Requerimento, para que nós ouçamos as respostas do Secretário da Cultura e do Esporte, que pode até ser

Curitiba, terça, em 08.04.86

beneficiadoras e lisongeiras para o Governo do PMDB, dirigido e comandado por José Richa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi).-- No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PMDB, se deseja utilizar o seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"É lamentável, mas é verdade. A Nova República e o espírito de renovação e democratização que a envolvem, tem sido nos últimos tempos tão desrespeitados, que a sua irmã e antecessora Velha República, autoritária e corrupta, tem-se sentido extremamente bem representada e prestigiada no atual Governo. Respeitadas as transformações em determinados campos da política nacional, setores há em que essas mudanças ainda não ocorreram, e onde a liberdade individual vem sendo tolhida no velho estilo, tão sobejamente conhecido de todos nós. Dois exemplos demonstraram claramente o que acabo de afirmar: primeiro o filme de Jean-Luc Godard, talvez um dos maiores cineastas da atualidade, que teve seu, indiscutivelmente polêmico, filme censurado por meia dúzia de cidadãos arvorados em defensores da espiritualidade do povo brasileiro, e de suas raízes tradicionalmente católicas. O outro exemplo, igualmente de censura, só que agora de censura a uma escolha efetuada democraticamente pela classe docente do Estado, diz respeito a um livro (ainda não foi feita uma fogueira em praça pública para queimar, ao velho modo inquisitorial, livros e os "hereges", mas logo chegaremos lá...) Refiro-me ao livro, "Reflexão e Ação" para os estudantes da 7ª Série que já foi objeto de debate nesta Casa, durante o ano passado, pois, conteria entre suas páginas, textos, inclusive de Jorge Amado que convidariam o aluno à crítica e à reflexão.

Naquela ocasião, alguns Parlamentares da Oposição não concordaram com essa linha adotada pela autora do livro, no que lhes foi esclarecido que, conforme determinação do Presidente JOSÉ SARNEY, através da criação do Programa Nacional do Livro Didático, caberia aos professores essa análise através da escolha democrática do livro didático.

Diante disto, em muitas escolas do Paraná e até de outros Estados vizinhos, foi este o livro didático escolhido. Ali estão presentes temas polêmicos da realidade brasileira, indispensáveis à formação do estudante, sendo que isto motivou os

mestres a adotarem "Reflexão e Ação" com a finalidade de servir de base para as aulas a serem ministradas aos estudantes da 7.ª série.

Foi, porém, vetada a distribuição desse livro, embora constasse do catálogo distribuído pela FAE para a escolha democrática do livro didático. Quem vetou esse material violando um decreto presidencial? Ainda não sabemos o autor desse crime, mas provavelmente é um discípulo da escola de censores da qual foi vítima "Je Vous Salue, Marie". Alguém que se intitula de tutor dos nossos filhos, e que lhes retira a oportunidade de acesso a um livro comprometido com a reconstrução do Brasil e do Homem.

Se realmente havia a intenção de não distribuir esse livro, então não o incluísem no catálogo. Mas, a partir do momento em que, atendendo-se ao Programa do Livro Didático o qual prevê a escolha deste recurso didático pelo professor, sendo o livro colocado à apreciação e lhe é atribuído o merecido valor, não há como evitar a distribuição. Tenho afirmado por diversas vezes nesta Casa: o setor nacional que mais padeceu com o rigor do embotamento à consciência crítica da população, foi o educacional; será que continuaremos pactuando nesse atentado intelectual?

Os reais desígnios que levaram a esta censura, não são conhecidos, mas são sensíveis. A intenção de ocultar a face nua e crua da realidade brasileira, continua arraigada nos novos governantes. O argumento da "antevisão de resultados negativos à formação da juventude" não serve mais; o livro é um mero recurso didático, e não podemos deixar de levar em conta a multiplicidade de fatores intervenientes no processo educativo. Preconceitos como este serão extirpados gradualmente da consciência daqueles que ainda não captaram a liberdade que deve envolver as relações inter-humanas; mas não serão considerados argumentos.

Nós, paranaenses, na qualidade de precursores da instituição da democracia nas escolas e como idealizadores do decreto presidencial da escolha democrática do livro didático, o que se realiza no Estado há quase três anos, não podemos permitir que venham vilipendiar este direito adquirido pelo nossos docentes. O professor não é um incapaz! Não necessita de tutela! Apoiamos e sempre apoiaremos quem traz propostas sérias sobre a educação. Vamos acabar de uma vez por todas com as farsas que ainda existem em prejuízo do sistema educacional. Exigimos que a FAE se pronuncie imediatamente sobre o assunto, enviando em seguida, para as escolas o material solicitado. O feitiço vai-se voltar contra os feiticeiros: para a fogueira com os

censores.

Que se respeite de vez os professores, que se lhes devolva a dignidade profissional, que se lhes restitua a liberdade de decidir sua opção didática-pedagógica - enfim, que se respeite verdadeiramente os professores formadores de uma geração politizada capaz de promover um Brasil forte independente e democrático.

É imperioso banir os autoritários de 1964, que defendem uma liberdade de escolha "mas desde que escolhidos os livros de seus interesses políticos e protetores de interesses, econômicos e políticos" comuns.

Chega desse autoritarismo! Para meus amigos tudo aos inimigos, as restrições e a aplicação das leis".

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Concedo a palavra à Deputada Irondi Pugliesi.

A Sra. Irondi Pugliesi - Realmente, nobre Deputado, nós não temos explicação nenhuma a respeito do porquê que não enviaram este livro escolhido democraticamente pelas escolas, de acordo com o próprio catálogo enviado. Nós questionamos o porquê de não responderem até hoje esta pergunta que não é feita por nós, inclusive pelos alunos onde existem alunos dizendo que mesmo que a FAE não encaminhe este livro, eles o comprarão para poderem estudar por ele. Será que este livro não está sendo encaminhado porque ele realmente traz à criança a análise, traz a criança a entender, a fazer reflexão, fazer questionamento, análise e reflexão, porque nós mulheres que nascemos e morremos educadoras, nós mulheres que somos mães, nós sabemos o quanto importante é formar a personalidade da criança, porque se nós quisermos transformação social, se nós queremos transformações sociais, nós mulheres é que temos que fazer essas transformações sociais, porque na célula da família, a mulher é a parte mais importante, porque é a ela que cabe a educação da criança.

Então, Deputado, eu acho que realmente deve haver alguma coisa por traz disso tudo, porque nós ainda não obtivemos essa resposta e como Presidente do Conselho da Condição Feminina do Estado do Paraná, como representante do meu partido, presidente do PMDB Feminino também do Paraná e como Parlamentar, eu estou junto com meus companheiros, fazendo esse questionamento junto à FAE para que ela realmente responda através de um requerimento apresentado hoje na Assembléia em regime de urgência, assinado pelos companheiros de Bancada, o porquê da não resposta ainda da GAE em relação ao não encaminhamento desse livro às nossas crianças.

É muito importante que esse livro venha às nossas crianças, porque está aqui em uma das lições deste livro, que diz que será por que? Porque nós vamos pensar, porque nós vamos perguntar o porquê ou será porque nós temos alguém que pensa por nós não precisamos pensar. É muito importante essa reflexão e esta lição deste livro já diz tudo. Faz o questionamento, o porquê e a necessidade da criança em fazer esta reflexão. Nós estamos do lado das crianças do Paraná e dos professores que realmente escolheram o melhor livro para se ensinar e fazer a criança refletir.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte da Deputada Ironi Pugliesi, fazendo com bastante satisfação a inclusão desse aparte no pronunciamento desta tarde, e é bom lembrar, Deputada, que nos últimos 20 anos, a educação foi a que mais sofreu e mais padeceu. Era proibido fazer reuniões políticas, era proibido os Diretórios Acadêmicos se manifestarem, enfim, era proibido que a consciência política fosse realmente a de altivez da parte estudantil do País.

Concedo aparte, com muito prazer, ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O Sr. Márcio Almeida - Somente para registrar o nosso apoio à sua iniciativa nesta tarde. O texto do pronunciamento que Vossa Excelência traz à Assembléia nesta tarde, acompanha já a tradicional forma de aprofundar as questões que Vossa Excelência tem pautado neste plenário. O episódio, sem dúvida nenhuma, merece de todos os setores da sociedade brasileira e aí incluídos os comunistas, e falando em nome do PCB, faço questão de hipotecar a solidariedade ao pronunciamento de Vossa Excelência. Inclusive como o conteúdo que embasa o requerimento, expediente, dirigido às autoridades relacionadas, no sentido de que se reverta o impasse, a decisão criada.

Tenho certeza de que a educação democrática na sociedade brasileira, como a criação da sociedade democrática, do Homem Novo que aos poucos começa a ser construído neste País, tem em episódios simples como este, uma importância fundamental. Parabéns e o nosso registro de apoio à iniciativa de Vossa Excelência.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte, Deputado Márcio Almeida, lembrando que Vossa Excelência, ao participar da Comissão de Educação nestes últimos três anos, tem demonstrado dedicação incomum, para que realmente a educação volte a ter o seu lugar e o futuro do Brasil seja melhor para os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - A Mesa registra, com satisfação, a presença do Senador Enéas Faria.

A Mesa consulta o PCB se deseja usar o seu horário. Com a palavra o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Inicialmente, para registrar, nos Anais desta Assembléia e solicitar o apoio das Senhoras e Senhores Deputados, a um requerimento dirigido aos Sindicatos dos Professores de Londrina, em virtude da recente eleição promovida naquela entidade e que renova a sua diretoria.

Tomam posse, nos próximos dias, professores e professoras vinculadas ao ensino do Município e da região de Londrina, que passarão a dar continuidade à luta que os Sindicatos dos Professores de Londrina, combativas entidades do Norte do Estado vêm já travando neste últimos anos.

O apoio solicitado se presta à necessidade de também o Poder Legislativo, naquilo que lhe compete, contribuir para o fortalecimento da sociedade organizada brasileira, e paranaense em particular.

Também para registrar a posse do conselho Estadual de Educação e Reabilitação da Pessoa Deficiente, ocorrida na data de ontem, com a presença de representantes das entidades dos deficientes físicos, auditivos, visuais, excepcionais, da Secretaria de Saúde e Educação, e representando este Poder os Deputados Rubens Bueno e deste Deputado respectivamente da Comissão de Educação e Saúde passando assim a existir no Paraná após longos anos de reivindicação das pessoas e entidades que atuam no campo da excepcionalidade e das diversas formas da deficiência um instrumento de luta e de coordenação das suas atividades.

Em terceiro lugar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, depois destes dois registros, a nossa solicitação de que haja necessário apoio e aprovação dos Senhores Deputados deste Poder ao requerimento de nossa autoria em que solicitamos urgência na tramitação de algumas matérias, mais especificamente, cinco matérias. Uma é a emenda constitucional, um projeto de resolução e três projetos de lei.

Solicitamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, urgência na tramitação da Emenda Constitucional n. 144/85, que estabelece a eleição em dois turnos para Governadores e Prefeitos do Estado do Paraná.

Novamente volta à discussão no plano político estadual e nacional a complicada questão da forma de eleição de nossos re-

presentantes à Casa Executiva.

Todos nós acompanhamos a polêmica que vem se tramando no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal e em outras insistências sobre a aplicação ou não da eleição para Governador do Estado neste ano em dois turnos.

A nossa posição, já demais conhecida como também da grande maioria dos Senhores Deputados nesta Casa, e acreditamos em que pese os entendimentos ainda nebulosos no plano da jurisprudência. Há condições da Assembléia Legislativa do Paraná se posicionar a respeito e contribuir para que se defina este quadro indefinido.

Não há como justificar perante a população que ainda se mantenha sem uma definição, a estas alturas no ano eleitoral uma questão tão importante como esta.

Portanto, anexada a Emenda n. 144/85, que estabelece no Paraná a eleição de Governadores e Prefeitos e adapta toda a Constituição do Estado naquilo que houve de alteração na Emenda n. 25 da Constituição Federal do ano passado, é basicamente uma adaptação. Anexada a esta emenda, estão uma série de pareceres de juristas de cunho nacional, embasando a nossa proposição aqui apresentada em junho de 1985, mais nove Assembléias do país têm matéria semelhante tramitando e há uma decisão de se forçar a que venha a ser discutida e deliberada a respeito.

Daí a nossa justificativa, solicitando aos Senhores Deputados que apoiem e aprovem a solicitação de urgência da Mensagem.

Segunda matéria é o Projeto de Resolução n. 222/85, que cria o Grupo Interparlamentar de Amizade Maranzas com Província de Cuba e Estado do Paraná. Toda Justificativa está anexada ao projeto de resolução, independente de haver ou não estabelecimento das relações diplomáticas entre o nosso País e a República de Cuba já é por demais conhecida, decisão já tomada pelo próprio Conselho de Segurança Nacional de se efetivar este restabelecimento de relações, somente faltando encontrar no plano do Palácio do Planalto, o momento oportuno para que isto se realize. Tendo as indicações pelo próprio líder Pimenta da Veiga da Bancada do PMDB de que isto deve ocorrer ainda neste primeiro semestre.

Nossa solicitação, portanto, se prende aqui independente deste fato, pois nada há o que impeça se crie este Grupo Parlamentar de Amizade no sentido de estreitar as relações entre o povo paranaense e o povo da Província de Mantanzas em Cuba.

Terceira matéria que solicitamos urgência também na tramitação, o projeto de lei que estabelece eleições diretas para Reitores das Universidades Estaduais e Diretores das Faculdades Estaduais Isoladas

do Paraná.

Mais uma medida que cabe, formalmente registrada no plano legal, uma vez que na prática a Comunidade Universitária Paranaense já jogou na lata do lixo a legislação que existia e ainda existe, estabelecendo a forma indireta da escolha dos seus dirigentes máximos.

O mais recente episódio, é justamente na Universidade Estadual de Londrina, quando foi eleito o professor Jorge Bonassar e o Professor Carlos Apoloni, respectivamente, Reitor e Vice-Reitor, cujo Conselho Universitário da referida instituição, referendou a decisão da Comunidade Universitária e hoje está já nas mãos do Governador José Richa para necessária indicação e há portanto que se alterar aquilo que formalmente ainda estabelece a legislação paranaense em vigor, como forma de garantir esta conquista democrática que o povo paranaense em particular a comunidade universitária conseguiu após tantos anos de luta.

Já foi o fim, encerrado o período do autoritarismo também nas Instituições Universitárias e de Ensino Superior do Paraná.

A quarta Mensagem a que solicitamos o apoio das Senhoras e dos Senhores Deputados, é a Mensagem n. 162/84, aí não de nossa autoria, mas de autoria do Senhor Governador José Richa, que estabelece a realização de concursos públicos para admissão de funcionários e servidores dos vários órgãos do Governo do Estado.

Não há mais porque esta Mensagem ficar dormindo nas gavetas deste Poder, a Mensagem do Concurso Público veio em atenção a uma reivindicação e a um compromisso na luta das várias esferas do funcionalismo paranaense, das várias categorias profissionais, para que o Governo do Paraná viesse a cumprir.

E da parte do Governo do Estado, esta Mensagem chegou a Assembléia no primeiro semestre ainda de 1984.

A última mensagem pela qual solicitamos, também a aprovação e o apoio dos Senhores Deputados e para que tramite em regime de urgência, é o Projeto de Lei n. 190/83, que proíbe a realização de convênios, com as empresas lucrativas da medicina de grupos existentes no Estado do Paraná.

Recentemente, na Oitava Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, aprovou-se uma resolução no sentido de que no plano do Governo Federal, haja a extinção dos convênios com a medicina de grupo, forma lucrativa e exploradora, todos os profissionais que nela atuam, como da população que por ela é atendida, não restando senão o setor dos empresários da medicina o interesse maior na sua manuten-

Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, são estas cinco matérias que através desse requerimento e que solicitamos o apoio e a aprovação dos nobres companheiros no sentido de que venha haver necessária tramitação em regime de urgência neste Poder.

E por último, aproveitando ainda o tempo que nos resta neste Horário da Liderança do PCB, quero, neste momento, diante das acusações infundadas na maioria delas, que vêm recebendo de todos os lados, nos últimos dias, o Senhor Governador José Richa, quero neste horário, reafirmar, reafirmando a independência e a autonomia que o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO tem em relação seja ao Governo do Estado do Paraná, seja ao Governo da ALIANÇA DEMOCRÁTICA DA NOVA REPÚBLICA, seja em relação ao PMDB ou ao PFL, quero, neste momento, registrar, mais uma vez, que apoiamos o pacote econômico anti-inflacionário recentemente decretado. Acharmos e continuamos analisando que ele é positivo no que tem de anti-inflacionário, no que tem de perspectivas novas de uma economia saudável na nossa realidade, e que pese nos marcos do sistema capitalista, que é a nossa meta de superação. Mas, criticamos as medidas de demissões dos bancários, que o sistema bancário brasileiro vem fazendo nos últimos dias, como forma inclusive, de presionar...

(esgotado o tempo).

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Para encerrar, peço um minuto. Portanto, que no plano federal reafirmamos o apoio ao mesmo tempo em que reafirmamos nossas restrições ao pacote, naquilo que ele tem de negativo, de perspectivas de negação ao que tem de essencial que é o combate à inflação, como também no plano do Governo do Paraná, apoiamos o Governador José Richa, naquelas medidas que vem adotando de positivas. Criticamos, na semana passada, a negativa do 2.2; apoiamos, hoje, a decisão do 2.2, como apoiamos a medida extremamente saudável de estabelecer as eleições diretas para diretor da escola, acabando de vez com a figura do Deputado na educação ou o "mandonismo" na área da educação.

Enfim, várias são os setores positivos, em que no Governo do Estado, nestes anos, vêm-se tendo. Não admitimos a crítica no plano da moralidade, no plano ético. Creio que o Paraná, a política paranaense não cresce, não se credencia junto à população se enveredarmos, como se prenuncia nos últimos dias, pela crítica à ética e à moral.

Esta é a palavra do Partido Comunista Brasileiro, nesta oportunidade. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

Curitiba, terça, em 08.04.86

O SR. PRESIDENTE - Consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu horário.
(Deputado Gabriel Manoel).

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A euforia da situação talvez seja contagiante com o "pacote" que não sabemos se vai ser como o "pacote do ALFONSIN", que não está dando certo.

Quando se joga irmão contra irmão, talvez esta euforia, venhamos a ter resultados positivos ou negativos dentro de poucos meses ou, talvez, dentro de meio ano.

A situação que é o PMDB: ontem, valgloriava-se de uma OPOSIÇÃO ao atual Presidente da República, que o PDS, antiga ARENA, teve que emprestá-lo, emprestá-lo para que fizesse uma aliança espúria, e TANCREDO NEVES tivesse o seu lugar no céu.

Hoje, nós vemos o PMDB eufórico, falando do PDS, dos companheiros do PDS, numa união em que cada um procura a sua guarida. Mas, esquecem-se os homens inteligentes da Oposição, que nós emprestamos o atual Presidente da República, 20 anos da UDN, 20 anos Presidente da ARENA e do PDS. E, num passe de magia, hoje, para os atuais comandantes do Poder paranaense, é o melhor homem!

E uma pergunta aos peemedebistas e petebistas autênticos: quem diria que nós podíamos dizer: "Quem te viu e quem te vê" quando José Sarney, nosso Presidente do Senado, homem de confiança do Delfin Neto, cassava e descassava homens como Alencar Furtado! Era um repúdio total! E hoje, como dizia Getúlio Vargas: - "Os louva-Deus ficam lá, senta e levanta". O melhor homem do Brasil, porque trouxe o embuste deste pacote, que não vai dar certo, deste pacote, como diz Brizola: - "que joga irmão contra irmão".

Onde está a hombridade dos homens que deixaram cassar Alencar Furtado, dos homens, os seis Deputados Federais do PMDB que votaram a favor do claudicante Ulisses Guimarães?

Hoje, José Sarney é o Presidente de honra do PMDB! Quem te viu e quem te vê, PMDB, PMDB antigo, quando eras perseguido pela polícia de José Sarney, de Figueiredo, de Geisel. Estão os louva-Deus, agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a massacrar um dos homens sem mácula e sem mancha, que se chama Alencar Furtado. Não têm força moral para dizer que Alencar Furtado abandonou o PMDB, porque estão sob o jugo de um chefe, que pertenceu ao meu partido por 20 anos. Onde está a força moral deste partido que ia às ruas e queria justiça social, onde estão os homens que, num passe de magia traíram Paulo Maluf? Onde estão os homens, Senhor Presidente,

Senhores Deputados, que, ao trair Maluf, deram a Presidência da República com bajulação? Homem honrado, mas que fora 20 anos Presidente da ARENA e do PDS, tão atacado, esses partidos que nós pertencíamos foi atacado pelos atuais componentes do PMDB. Onde está a vergonha ao dizer que Tancredo vai acertar? Porque também houve uma traição é a primeira traição ao povo. E o PMDB, principalmente do Paraná é coadjuvante com a traição de Tancredo Neves, que nada fez e hoje é endeusado, a traição de José Sarney, nosso Presidente do Senado Presidente do nosso partido, partido que traiu, e num passe de magia passou para o PMDB. Cassou Alencar Furtado, uma das reservas morais que o Paraná tem em sua política, uma das reservas morais que nós haveremos de demonstrar nas ruas, para enfrentar a grande verdade brasileira e paranaense. A imprensa de um tal de Roberto Marinho, da Globo, a fazer as suas peripécias e a ganhar dinheiro do governo. E nós perguntamos humildemente onde estão os antigos peemedebistas, quando o Senhor Sarney mandava crucificá-los? Agora é o melhor homem do mundo! Mas nós haveremos de mostrar ao Paraná que Alencar Furtado, cassado por 4 vezes, cassado pelo seu partido há de ter a hombridade de ir aos palanques e dizer ao povo do Paraná que a traição dos homens, a traição dos que o criticam, não lhe deram o direito de ser candidato a Senador. Nós ficamos com Alencar Furtado e o PMDB fica com as bonequinhas, e vamos cortejar nas ruas para ver, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os aconchegos. E queremos ver também, daqui dois meses, a beleza dos Senhores que defendem este Governo que fora nosso, este governo que hoje mudou, mas está tudo na mesma.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não sei como o pessoal do PMDB não tem o vexame por ter memória curta, como diz Brizola, de lembrar do passado, vir a esta tribuna defender José Sarney, o qual eles criticavam. Vinte e dois anos de ditadura, manipulados pelo nosso ilustre Presidente da República. E hoje José Sarney é o rei do mundo. Precisamos emprestar um Presidente para que o PMDB tivesse quatro anos de euforia, para que tivesse, Senhor Presidente, quatro anos que eles não têm capacidade, e por a sorte de Tancredo falecer, senão seria antes a derrota deste partido que se diz partido do povo.

Como um partido do povo pode, como o homem do povo, aceitar Presidente, presidente de honra do PMDB? Tancredo Neves, deviam ter visto a sua situação na Presidência do Governo. E agora é o melhor homem do mundo. Passaram uma borracha na consciência. Quantos e quantos companheiros nossos, que eu respeito do PMDB, que

vieram àquela tribuna a criticar o ilustre Presidente Ulysses Guimarães, pudessem continuar nessa jornada.

Então, é isso, Senhor Presidente, que nós queremos raciocinar e pedir vênias aos Senhores Deputados do PMDB que ao citar o nome de Alencar Furtado, tenham maior respeito pelo homem que foi cassado, pelo homem, uma das reservas morais de nosso Estado. Pelo homem, Senhor Presidente, que hoje fora obrigado a saltitar para outro partido para poder ter vez, para poder ter um claro, para que as cúpulas não fizessem o que fizeram para ele durante vinte anos. Quem cassou Alencar Furtado fora a nossa Arena. A Arena nossa, o PDS nosso, quem era Presidente do presidente do PDS e da Arena, era o Senhor José Sarney. Presidente da República, que dá um passe de magia num pacote que não vai dar certo, porque não se joga irmão contra irmão. Não se joga, Senhor Presidente, companheiros contra companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Está esgotado o tempo que lhe era destinado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Está esgotado. Vossa Excelência deu um minuto para o outro, mas para mim não precisa dar. Muito obrigado. Eu dispenso, Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - A Mesa lhe concede um minuto para terminar seu pronunciamento. A Mesa consulta à Liderança do PDT se fará uso do horário que lhe é destinado.

O Sr. Antônio Belinati - Apenas, Senhor Presidente, para hipotecar o nosso apoio aos professores e funcionários da Universidade Estadual de Londrina na luta reivindicatória por melhores salários, que aquela laboriosa classe está empreendendo, com o desejo de que o Governador José Richa atenda de pronto, de imediato, esta reivindicação dos professores e funcionários da Universidade Estadual de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - A Mesa consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Havendo declinado passamos para a ORDEM DO DIA:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Está encerrado a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Macha-

do, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 182/85, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 102/85, do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial no valor equivalente a 3 (três) salários-mínimos regionais, à escritora "Maria Nicolas". Parecer da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. JORGE MAIA FILHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para declarar o voto do Partido da Frente Liberal, contra o Veto do Senhor governador, porque achamos que este Projeto de Senhor Deputado Djalma de Almeida César é, acima de tudo, um projeto humanitário, uma emenda humanitária. Nós nos declaramos contrário ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Em votação o projeto. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Curitiba, terça, em 08.04.86

36 Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá atender a solicitação de verificação de votação do Senhor Deputado Antônio Belinati.

(É procedida a verificação de votação).

24 Senhores Deputados rejeitam o projeto; 9 Senhores Deputados aprovam. Mantido o veto, rejeitado o projeto.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 281/85, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Jaguapitã, os imóveis de sua propriedade, constituídos dos Lotes n. 3 e 4 da Quadra n. 26 e Lotes n. 5 da Quadra n. 30, do perímetro urbano daquele município, com área de 2.118,54m², conforme especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N. 281/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Jaguapitã, os imóveis de sua propriedade constituídos dos lotes n. 3 e 4, da Quadra n. 26 e lote n. 5, da Quadra n. 30, do perímetro urbano daquele município, com área de 2.118,54 metros quadrados, conforme o Registro n. 16.737 - livro 3-A, fls. 110, de 14 de outubro de 1966, do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Jaguapitã.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(a) HOMERO OGUIDO

Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 276/85, que concede ao escritor paranaense LADISLAU ROMANOWSKI, uma pensão mensal com valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários-mínimos regionais. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N. 276/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedida ao escritor paranaense Ladislau Romanowski, uma pensão mensal com valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários-mínimos regionais.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03/04/86.

(aa) HOMERO OGUIDO

Paraná

Presidente

D E C R E T A:

RUBENS BUENO

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 277/85, que visa dar nova redação ao artigo 2.º, da Lei n. 7.978, de 30/11/84, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N. 277/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - O art. 2.º, da Lei n. 7.978, de 30 de novembro de 1984, suprimindo seu parágrafo único, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º - O Conselho Estadual de Defesa do Ambiente será presidido pelo Governador do Estado e composto dos seguintes membros:

- a) Secretário de Estado da Agricultura;
- b) Secretário de Estado da Educação;
- c) Secretário de Estado do Interior;
- d) Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social;
- e) Secretário de Estado da Justiça;
- f) Secretário de Estado dos Transportes
- g) Procurador Geral do Estado;
- h) Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa;
- i) Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa;
- j) Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa;
- l) 07 (sete) representantes de associações conservacionistas;
- m) 05 (cinco) representantes de instituições universitárias".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03/04/86.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

RUBENS BUENO

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 05/86, que objetiva, na forma prevista pelo art. 23, § 9.º, inciso II, da Constituição da República, adotar critérios de participação dos municípios na arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N. 05/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Pa-

art. 1.º - Para efeito da fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM), a partir do exercício financeiro de 1987, serão observados os seguintes critérios:

a) oitenta e sete por cento (87%), considerado o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias realizadas em cada município e em relação ao valor total adicionado do Estado, apurados segundo o disposto no Decreto-Lei n. 1.216, de 9 de maio de 1972;

b) sete por cento (7%), considerado o número de habitantes do município em relação a do Estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

c) três por cento (3%), considerado o número de propriedades rurais cadastradas no município em relação ao número das cadastradas no Estado, segundo dados atualizados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

d) dois por cento (2%), considerando a área territorial do município em relação à do Estado, em metros quadrados, conforme registros atualizados do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, do Paraná;

e) um por cento (1%) como fator de distribuição igualitária a todos os municípios.

Art. 2.º - O Estado fará a reposição de cinquenta por cento (50%) de eventuais diferenças a menor havidas, nos exercícios de 1987 e subsequentes, entre os índices obtidos por estimativa baseada exclusivamente no critério do valor adicionado e aquele decorrente da aplicação do art. 1.º desta lei.

Parágrafo Único - As compensações financeiras referidas neste artigo, que incidirão sobre o valor quinzenal creditado aos municípios e terão liberação na mesma época desse crédito, não serão devidas a partir da implantação da futura reforma tributária constitucional.

Art. 3.º - Fica o Poder executivo autorizado a abrir créditos adicionais até o valor de Cz\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), utilizando como cobertura quaisquer das formas previstas no artigo 43, parágrafo 1.º, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, para conceder auxílio financeiro aos municípios, até o valor referido, com o fim de compensar diferenças a menor decorrentes da não aplicação, no exercício financeiro de 1986, dos critérios adotados pelo artigo

1.º desta lei.

Art. 4.º - Os índices e as diferenças referidos, respectivamente, nos artigos 1.º, 2.º e 3.º desta lei, serão fixados na forma estabelecida por Decreto do Governador do Estado, obedecidos os prazos e procedimentos do Decreto-Lei n. 1.216/72.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1986

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

RUBENS BUENO

Relator

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 203/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, oriundo do Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o relatório final e os Relatórios Parciais da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades Administrativas ocorridas no Âmbito da Administração Pública Estadual. Em discussão.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela Ordem) Apenas para deixar declarado o voto contrário do Partido da Frente Liberal que não concorda com a maneira como foi feita esta Comissão Parlamentar de Inquérito e de que a Frente Liberal não obstruirá de forma nenhuma a votação porque o que foi pedido, os relatórios parciais aí estão inclusos no projeto. Apenas deixar declarado o voto contrário pela maneira como foi concluída essa CPI.

Obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 197/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS-VAQUEANOS DA QUERÊNCIA, com sede e foro no Município de Clevelândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 197/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS - VAQUEANOS DA QUERÊNCIA, com sede e foro no Município de CLEVELÂNDIA, neste Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/09/1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Para que não sejamos vítimas de culturas que impeçam a afirmação da nossa própria cultura, há necessidade de uma interação real, intensa e profunda com as raízes culturais de cada comunidade.

A preservação cultural só adquire vitalidade quando deixa de ser idéia, partindo da elaboração teórica para a realização.

Assim faz o Centro de Tradições Gaúchas "Vaqueanos da Querência".

Respeitando a cultura brasileira como um todo, zela pela recuperação e preservação da cultura gaúcha, através da promoção sadia de diversões que lembram suas lendas e costumes e principalmente suas canções que falam de amor, trabalho, migração, religião, alegrias e tristezas.

Incentivar entidades de tal natureza é contribuir para erradicar a alienação cultural, causa principal da perda da identidade da cultura brasileira, e a promoção cultural é uma obra democrática.

A cultura, patrimônio de ricos e pobres, é mercadoria comunitária do povo.

Não criamos a tradição, mas temos o dever de preservá-la.

Portanto, declarar de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas "Vaqueanos da Querência", é contribuir para o respeito ao próprio homem, as suas tradições culturais e, portanto, para as causas da paz.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 197/85

P A R E C E R:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado NILSO SGUAREZI, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Centro de Tradições Gaúchas - Vaqueanos da Querência", com sede e foro no Município de Clevelândia.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/1/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à

sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 298/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 206/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ponta Grossa, dois terrenos urbanos com as edificações neles existentes, adquiridos pela Estado do Paraná, situados e registrados na Comarca de Ponta Grossa, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 298/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ponta Grossa dois terrenos urbanos com as edificações existentes, situados na Rua Dr. Collares da sede daquele município, objeto das Transcrições ns. 3.255 e 3.436, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição da Comarca de Ponta Grossa.

Art. 2.^o. Os imóveis de que trata o artigo anterior destina-se a atividades de caráter cultural, não podendo ser dada destinação diversa aos mesmos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 3.^o. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/11/1985.

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 298/85

P A R E C E R:

Em 06.11.85, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, em Exercício, enviou a esta Casa de Leis Mensagem de n. 206/85, através da qual pretende autorização para o Poder Executivo a doar ao Município de Ponta Grossa dois terrenos urbanos com as edificações existentes, situados na Rua Dr. Collares, naquele Município, objeto das Transcrições ns. 3.255 e 3.436, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição da Comarca de

Ponta Grossa.

Ao analisar o Projeto de Lei n. 298/85, constatamos não existir óbice legal ou constitucional que impeça a tramitação normal da proposição.

Assim sendo, somos de parecer favorável à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 181/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública o BANESTADO CLUBE S/C., com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. Public. no D.A. n. 87/85, de 04.09.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 181/85

P A R E C E R:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado NILSO SGUAREZI, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o BANESTADO CLUBE S/C., com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 01/86, (Mensagem n. 13/86 Ex-Proposição n. 34/86)-oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio n. 114/85, celebrado em 06/11/85 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, e a SUDESUL com vistas à elaboração da Metodologia e execução da avaliação de eficácia do Projeto das cidades de Pequeno Porte do Estado do Paraná. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 12/86, veto aposto ao Projeto de Lei n. 190/85, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que

fica instituída a meia entrada nos cinemas do Estado todos os Estudantes e adota normas que especifica. Parecer da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO N. DTL/24/86

Curitiba, 13 de janeiro de 1986
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 164/85, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 190/85, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo instituir meia-entrada para estudantes nos cinemas do Estado.

O veto apostado decorre da exclusiva competência da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, para a fixação de preços máximos de ingressos em diversões públicas, inclusive cinema, como está expressamente previsto pelo art. 7º, do Decreto-Lei n. 422, de 20 de janeiro de 1969, em razão do que foi expedida pela Superintendência Nacional desse órgão a Portaria de n. 15 de 04 de maio de 1985, regulando a meia-entrada para estudantes em todas as sessões cinematográficas, mediante apresentação de carteira de identidade estudantil oficialmente reconhecida, e obrigando a afixação junto às bilheteiras dos cinemas dos preços dos ingressos, assim o fazendo em relação às Capitais das unidades federativas e cidades que menciona, com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes.

Assim, a matéria objeto da proposição examinada não pode ser regulada pelos Estados, podendo a própria SUNAB vir a baixar outro ato para atender às demais cidades brasileiras não abrangidas pela portaria antes mencionada.

Esses motivos que levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

(Projeto de Lei n.190/85, vetado, foi publicado no D.A.90/85, de 10/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 12/86

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei n. 190/85, que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador do Estado, através do Ofício n. DTL/24/86, de 13 de janeiro de 1986, daí

Curitiba, terça, em 08.04.86

decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação desta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro dos prazos estabelecidos pela Constituição do Estado e, dos termos da justificativa infere-se que o referido veto foi dado com base em que a matéria que se pretendia regular é de exclusiva competência da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se assim pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NESTOR BAPTISTA

Relator

Em votação.- Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

36 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para deliberação.

A Presidência atenderá a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira para verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

3 Srs. Deputados aprovam o projeto; 24 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Bertolini, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edison Proença, ocorrido no dia 06 de abril do corrente ano, no

Município de Castro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Turíbio Bueno de Freitas, ocorrido no Município de Clevelândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Cândido Maia, ocorrido no Município de Clevelândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para o Município de Araruna. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, viabilizando a implantação da rede de água na localidade de Paranaguáçu, Município de Boa Esperança. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de um gabiiente dentário, para a localidade de Ourilândia, Município de Barbosa Ferraz. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação de supletivo de 1.º e 2.º Graus, numa das escolas da rede estadual, no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre as despesas com funcionalismo e paralisação de obras. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli e Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 167.º aniversário de emancipação política do Município de Palmeira. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Rotary Club de Ponta Grossa, cumprimentando-o pela programação alusiva às comemorações do 50.º aniversário de fundação daquele Club. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Diretor de Crédito Rural e Industrial do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças encarecendo a liberação de recursos bancários para atendimento aos agricultores do Município de Cândido de Abreu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da Vicinal "C", da Rodovia Reserva-Cândido de Abreu - Manoel Ribas, no trecho dos Municípios Faxinal - Catanduvas. Encerrada a discussão..

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto telefônico - PS., na localidade de Areião, Município de Cândido de Abreu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Superintendente do INPS, encarecendo a instalação de um posto de atendimento urbano no Município de Cândido de Abreu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Guarapuava. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Djalma de Almeida César e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Comissão de Reforma à Constituição, encarecendo que as Proposições ns. 186/84, 157/85 e 159/85, sejam apreciadas em conjunto protocolado sob n. 11669/85. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente.

diente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de 50 linhas telefônicas no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio da Várzea, no Município de Peabiru. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo suplementação alimentar para os postos de saúde dos Municípios de Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa e Ubiratã. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli, Orlando Pessuti, Trajano Bastos, e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, à Fundação de Assistência ao Estudante, à Editora do Brasil e a Sra. Secretária da Educação, encarecendo parecer sobre o impasse criado pela não distribuição do livro didático "Reflexão e Ação" Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da nota inserida na Gazeta do Povo, dia 07 de abril do corrente ano, às fls. 13^a. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, lido da tribuna, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, para que compareça perante o Plenário, em dia e hora que serão fixados conforme o Regimento Interno desta Casa, a fim de prestar declarações sobre a execução das políticas de ação cultural traçadas nas diretrizes do Governo José Richa. Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao programa radiofônico "O Povo Reclama", levado ao ar pela Rádio Difusora de Curitiba, pelo seu relevante interesse público e social. Encerrada a discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Apenas para solicitar a Vossa Excelência, que mande colocar na Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 074/85, que tramita em regime de urgência nesta Casa, desde maio de 1985 e também, para acusar a presença neste Plenário do Vereador José Clemente, de Altamira/PR.

O SR. PRESIDENTE - (Pela Ordem) - A Mesa verificará o estado em que se encontra a tramitação desse processo, para providenciar o requerimento de Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Lei n. 12/86

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 203/84

2^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns.

197/85, 298/85, 181/85

e do Projeto de Resolução n. 01/86

1^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 202/85, 301/85, 34/86

Levanta-se a sessão.